



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DOS SERTÕES

Luana Barros de Azevedo

**A ESPERA DA REZA: DISCURSOS HIGIENISTAS, CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO E
A PERCEPÇÃO DA MORTE NO POVOADO CONCEIÇÃO DO AZEVEDO (1916-1926)**

CAICÓ-RN

2018

LUANA BARROS DE AZEVEDO

**A ESPERA DA REZA: DISCURSOS HIGIENISTAS, CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO E
A PERCEPÇÃO DA MORTE NO POVOADO CONCEIÇÃO DO AZEVEDO (1916-1926)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História dos Sertões, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-CERES, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História. Linha de Pesquisa – Sertões: práticas culturais e imaginário.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Andrade Junior

CAICÓ-RN

2018

LUANA BARROS DE AZEVEDO

**A ESPERA DA REZA: DISCURSOS HIGIENISTAS, CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO E
A PERCEPÇÃO DA MORTE NO POVOADO CONCEIÇÃO DO AZEVEDO (1916-1926)**

Defendida em: ____/____/____

BANCA DE DEFESA

Professor Dr. Lourival Andrade Júnior

Departamento de História do CERES- UFRN

(Professor Orientador)

Professor Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Departamento de História do CERES- UFRN

Professor Me. Andre Luis Nascimento de Souza

Departamento de História do CERES- UFRN

*Com amor e afeto dedico tudo o que tenho e o que sou a Marlene Barros, Alberto Azevedo e a
Aldo Azevedo, mãe, pai e irmão, respectivamente.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.

(Chico Xavier)

Lembro de ter visto o presente texto em alguma publicação de rede social nos idos do presente ano de 2018. Ele veio aos meus olhos na hora certa. Deu-me forças. Confesso, esse está sendo o ano mais difícil e transformador de minha vida e esse texto foi importante para me mostrar o quanto precisamos de momentos difíceis para crescer espiritualmente e intelectualmente, sigo em construção.

No entanto, sozinhos não construímos grandes monumentos. A presença de quem nos rodeia sempre é necessária para nos ajudar a levantar palácios em nossas vidas. Dessa forma, gostaria de agradecer à força sobrenatural divina que se faz presente em minha fé, representada na minha busca diária de energias positivas para superar momentos difíceis.

Agradeço à minha grande mãe e companheira de todos os momentos, Marlene Barros, referência de superação para toda a minha vida e exemplo de mulher. Agradeço ao meu pai e irmão, Alberto Luiz de Azevedo e Aldo Lúcio Barros da Silva, respectivamente, por serem essas pessoas maravilhosas os quais me orgulho e emociono sempre que falo a respeito.

Mesmo estando alguns quilômetros de distância, as conversas fluem e o tempo nem passa. A Jackson Júnior, obrigada pelas palavras, pelo carinho e pela irmandade. Quando se fala em amizade, recordo-me muito bem de Romeika Carla, hoje minha colega de quarto, que me ajudou desde a construção do plano de pesquisa, sempre confiando na minha capacidade (“grande historiadora”, como dizia/diz ela), te agradeço as palavras de apoio, amiga. Com você aprendi muita coisa, inclusive andar de bicicleta (risos, muitos risos).

Eis que chega o grande momento de agradecer aos que compõem meu aprendizado acadêmico. Aos meus digníssimos professores/orientadores que sempre se fazem presentes em minhas pesquisas. Primeiramente, a Lourival Andrade Júnior, que me aparecia até em sonho, dizendo “cadê o capítulo, Luana?!”. Era aterrorizante, mas me rendeu muitos risos. Obrigada, professor Lourival, pela paciência dos capítulos entregues com dias de atraso. Obrigada por ter me aceitado como orientanda e por ir até minha cidade, Jardim do Seridó, me orientar. Ao senhor, agradeço pelos esclarecimentos e por ser esse professor referência

para mim. Com igual carinho, admiração e afeto, agradeço a Helder Macedo, por todas as dúvidas tiradas e por não ter recusado, em nenhum momento, me ajudar, mesmo sempre pedindo “desculpas pelo atraso, Luana!” (rsrs).

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CERES de Caicó- Rio Grande do Norte, na figura dos professores, por nos proporcionar, gratuitamente, esse curso de especialização. Cada aula foi uma aprendizagem para a vida acadêmica e humana.

Aos meus colegas de sala, que transformavam sempre as aulas em risos e boas conversas. Nunca me esquecerei dos nossos cafés da manhã. Sobretudo, o meu muitíssimo obrigada a Ariane e Isac, por aguentarem minhas lástimas e desabafos. Adoro vocês!

Mesmo se tratando da espacialização em Caicó, interior do Rio Grande do Norte, toda a pesquisa foi escrita na sala 812, prédio do CCHLA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte de Natal, período que entrei no Mestrado em História e Espaços (PPGH – UFRN). Dessa forma, não poderia deixar de agradecer à construção de amizade e companheirismo que a sala e o curso me proporcionaram. Agradeço pelas 12 horas de convivências diárias. Agradeço pelas conversas, almoços, cafés, ouvidos (desabafos, claro) e, sobretudo, pelas gargalhadas. A Giovanni, Leozinho, Thais, Leandro e a Jéssica. Sobretudo a Jéssica e Thais, pessoas cuja luz interior me fez reconhecer, de início, que seriam essenciais em minha vida. O trio formado. Amo vocês, meninas, de coração. Sempre se farão presentes em minha vida.

Entre agradecimentos, irei (re)construindo minha vida. Essas foram algumas pessoas, da academia e da vida, que me recordo no momento, apesar de existirem tantas outras, que ultrapassam papéis, sempre se fazendo presentes. Sem vocês, eu não seria completa.

RESUMO

O presente trabalho teve como intuito analisar os modos culturais e sociais das formas de morte e morrer no Povoado Conceição do Azevedo de 1916 a 1926. O período tratado abarcou discursos que vão da percepção do surto de cólera no Rio Grande do Norte, através das falas dos presidentes de província, até o término do segundo Livro de Óbito da Paróquia (1916-1926). Buscou-se entender como era construída a ideia de sertão no século XIX e XX, através da memória de viajantes, assim como produções literárias, tendo em vista as transformações da modernização. Em conjunto, dialogar a respeito dos discursos higienistas e como se deu a construção do cemitério público enquanto um dos reflexos desses discursos, sobretudo da modernidade. Partindo desse pressuposto, foi feita análise do espaço interno do Cemitério Público de Jardim do Seridó, atualmente, para que houvesse comparação da cultura material enquanto resquícios de uma cultura que ainda visa uma preparação para a morte.

Palavras-chave: Sertão. Modernidade. Cemitério. Conceição do Azevedo. Jardim do Seridó.

ABSTRACT

The present work aimed to understand the cultural and social ways of death and dying in Conceição do Azevedo 1916-1926. The period covered included speeches ranging from the perception of the cholera outbreak in Rio Grande do Norte, through the statements of the Provincial Presidents, until the end of the second parish death book (1916-1926). Therefore, it was necessary to analyze how the idea of sertão was built in the 19th and 20th centuries, through the memory of some travelers, as well as literary productions, considering the transformations of modernization. The objective was to create a dialogue about the hygiene discourses and how the construction of the public cemetery was given as one of the reflexes of these discourses, especially of modernity. Based on this assumption, an analysis was made of the internal space of the Jardim do Seridó Public Cemetery, nowadays, so that there could be a comparison of the material culture as remnants of a culture that is still aimed at preparing for death.

Keywords: Sertão. Modernity. Cemetery. Conceição do Azevedo. Jardim do Seridó.

Entre ditos e vividos,

Se me desafias, tomo pelas mãos e aceito o combate.

SUMÁRIO

1. VEREDAS INTRODUTÓRIAS	11
2. CAPÍTULO I - O PODER DO LUGAR: SERTÃO COMO CENÁRIO DE POSSIBILIDADES.....	20
3. CAPÍTULO II - ALMA LAVADA: MODERNIDADE, DISCURSOS HIGIENISTAS E A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO.....	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
5. FONTES	60
6. REFERÊNCIAS	61

VEREDAS INTRODUTÓRIAS

O ano era dois mil e quatorze em realizações de entrevistas e cruzeiros de estrada para a construção de uma pesquisa, em nível de graduação. Era o trabalho de conclusão do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES), Caicó – Rio Grande do Norte. Lacunas a respeito do espaço cemiterial começaram a surgir nesse período.

Com as aulas da especialização em História dos Sertões, fui pensando a respeito do sertão enquanto recorte espacial e temporal. Me veio ideias das mais diversas e inscrições no pensamento que me levaram a seguinte pergunta: qual o sertão que estou inserida enquanto sujeita? Este sertão diz respeito ao que ele representa ou é parte de uma construção discursiva? Quais as culturas a mim impostas?

Entre leituras e debates nas aulas, me vi em um sertão distante daquele que foi descrito. A partir disso, notei que o sertão, assim como o Brasil e o mundo, estão dentro de nós, em nossas experiências e vivências. Parte das visões culturais e sensíveis. Sendo paisagens, criações humanas, pois vão além do que se vê. Aquilo que produzimos é mais individual e subjetivo do que imaginamos. A partir disso, temos um sertão/Brasil diverso em cada um de nós.

Torna-se difícil citar autoria ou obra, em especial, que me fizeram pensar a esse respeito, por dois motivos: a minha subjetividade de como interpretar as obras e os debates partindo de minhas experiências como sujeita; e, não menos importante, minha memória fragmentada, que não me ajuda a lembrar quais foram os responsáveis por tal feito. No entanto, abaixo, presente em todo o quadro de referência deste trabalho, estão os autores e obras que compõem o meu pensar sobre o sertão, a morte, os costumes e o espaço cemiterial.

O Povoado Conceição do Azevedo¹ atualmente é a cidade de Jardim do Seridó, situada no estado do Rio Grande do Norte. Seu município é composto por uma população estimada de, mais ou menos, 12.579 pessoas.² Será abordado o povoado como recorte espacial enquanto produtor de uma cultura participativa na composição nacional. Entender como os discursos higienistas foram moldados ao espaço e percebidos enquanto produtores de novas

¹ Jardim do Seridó, município que localiza no interior do Rio Grande do Norte, tinha o nome Povoado Conceição do Azevedo até 1858. Esse termo será utilizado ao longo do presente trabalho, pois acha-se necessário tratar da mesma forma que se mostra no Livro de Atas Nº 1, que se encontra na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, da referida cidade.

² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/jardim-do-serido/panorama>. Acesso em 02/08/2018.

concepções culturais em sua história. Com isso, a referida pesquisa pretende discutir sobre vida e morte de pessoas do Povoado Conceição do Azevedo entre 1916 a 1926, o recorte proposto partiu das fontes que tratam a respeito da benção litúrgica do cemitério público (1858) e do segundo Livro de Óbitos (1916-1926), buscando pensar como isso pode ser percebido sobre o espaço construído no cemitério.

A partir do século XIX, tornou-se um período recorrente epidemias e discursos higienistas que acarretaram em mudanças culturais nos ritos religiosos, os quais movimentaram as representações sociais fúnebres, com planejamentos e surgimentos dos cemitérios públicos, refletindo na transformação do espaço urbano.

Pensar sobre os rituais de morte é entender que os grupos não abandonavam seus mortos sem rituais de sepultamento. Esses acreditavam na importância que deveria dar aos rituais, principalmente aos que eram oferecidos para aqueles que descansavam em seu sono de morte (MORIN, 1970).

Ao tratar de ritos funerários ou de sepultamento, pode-se ressaltar também o cuidado e o valor que se tem com o corpo do defunto, tendo em vista a preocupação com a crença do pós-morte, fazendo entender que a ritualização fúnebre é uma questão cultural antiga de resistência à própria natureza humana. Assim, pode-se observar que a morte transformou-se em cerimônias e espetáculos, arte, cultura, tendo suas representações sido transmitidas de formas romantizadas e dramáticas ao longo do tempo.

A morte, um fenômeno natural humano que poderia levar ao pleno desaparecimento, é, sobretudo, um evento produtor de discursos e significados. No Povoado Conceição do Azevedo, na última década do século XVIII, deu-se início à construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, lugar que serviu, por muito tempo, como templo religioso e de sepultamento. O lugar de enterramento, que se dava nas capelas das fazendas e vilas, a partir do século XIX, começou a ser discutido como risco para a saúde pública da região, nesse sentido, os espaços foram sendo criados e recriados de acordo com os costumes culturais e as representações sociais que influenciaram fortemente nas mudanças urbanas.

Com essa pesquisa, busca-se analisar o discurso sanitarista e as mudanças culturais e representações fúnebres que ocorreram a partir da segunda metade do século XIX (1916-1926), no Povoado Conceição do Azevedo, com vistas à compreensão das mudanças culturais fúnebres e a cultura material (tais como: lápides, túmulos, flores, velas, fotografias,

informações pessoais e demais vestígios materiais), que se modificaram com o surgimento dos cemitérios.

Faz-se necessário uma pausa no debate para ressaltar que a problemática aqui discutida surgiu através do contato com o Livro de Óbito nº 1 (1888 a 1894), que se encontra no Único Ofício de Notas de Jardim do Seridó-RN. Por saber que este não foi o primeiro livro de óbitos do cemitério público do Povoado Conceição do Azevedo, pois já havia conhecimento prévio de que o mesmo foi inaugurado no ano de 1858, foram feitas pesquisas no acervo de livros de óbito da Secretaria Paroquial de Jardim do Seridó-RN.

Com o auxílio do Secretário Sebastião Arnóbio de Moraes³, foram feitas pesquisas nos livros de óbito e anotações sobre o tema. O recorte temporal que primeiramente buscou-se pesquisar refere-se à datação do 1º Livro de Óbito (1857-1903) da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, o qual tem registros dos sepultamentos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, assim como os primeiros sepultamentos no Cemitério Público Municipal de Jardim do Seridó-RN. Esse livro nos ajudou a pensar a respeito dos primeiros enterramentos feitos no cemitério da Igreja e no Cemitério Público.

Nesse período, de 1857 a 1903, o Povoado Conceição do Azevedo passou por muitas mudanças políticas e administrativas, indo de povoado a município, com a denominação de Jardim, em 1º de setembro de 1858, através da Lei 407, se desmembrando de Acarí-RN; em 27 de agosto de 1874, através da Lei nº 703, foi elevado à condição de cidade com a denominação de Jardim do Seridó para se diferenciar de Jardim de Angicos. Vale ressaltar que este recorte temporal também abrange as mudanças políticas e administrativas que estavam ocorrendo em nível nacional, com as ideias de república, as mudanças religiosas e os ideais de urbanização.

A dimensão do presente trabalho recai sobre História Cultural, pois percebeu-se que os rituais de morte podem ser analisados como um campo de pesquisa com discussão interdisciplinar, tendo em vista a dimensão proposta a respeito da cultura material, para compreender as representações que produziam essas transformações. E, como norteadores das fontes, utilizar-se-á a História Serial como metodologia, analisando um conjunto de fontes de

³ Sebastião Moraes, além de ser Secretário da Paróquia, é muito conhecido como o historiador da cidade. Por seu farto conhecimento sobre a história local e regional, cedeu, por várias vezes, entrevistas para pesquisas oral em nível de graduação e pós-graduação em História, assim como programas de rádio e televisão do Rio Grande do Norte.

forma comparativa e qualitativa, atribuindo às fontes perguntas que podem refletir sobre questões culturais, religiosas, sociais, econômicas e políticas.

Por esse motivo, propõe-se, a princípio, um discurso a respeito da representação cultural e da população do Povoado Conceição do Azevedo, tendo em vista as relações religiosas e políticas sobre as formas de morte e morrer, que acompanharam os discursos higienistas do século XIX, para, assim, analisar como se deu a construção do espaço urbano, e, em segundo plano, contribuir para historiografia regional, o debate e enriquecimento da história local e a valorização do patrimônio histórico e cultural.

A teoria é a forma de ver o mundo ou analisar os fenômenos que estão sendo examinados. Por isso, remete a generalizações, ainda que estas se destinem a serem aplicadas em um objeto específico ou a um estudo de caso delimitado pela pesquisa. Dessa forma, acha-se necessário entender o espaço e a construção do mesmo como lugar modificado por discursos políticos, práticas culturais, com preceitos definidos visando, memória, tradições, discursos políticos e religiosos. Se fez necessário uma abordagem a respeito dos conceitos de lugar e espaço tendo em vista a questão da memória e cultura, mostrando que são possíveis as mudanças de tempo e espaço através do contato humano. Nessa ótica, ressalta-se as mudanças espaciais capazes de ocorrer de acordo com o tempo e a população que se insere em torno desta.

Nota-se que um lugar é construído através das percepções subjetivas do indivíduo, ligado às vivências de um povo. Por mais que não sejam locais de habitação, o cemitério público e o cemitério das capelas/igrejas têm particularidades ligadas às pessoas que os construíram e que frequentavam esses lugares, assim como suas mudanças espaciais decorrentes da cultura.

Entende-se que o uso desses espaços definem um fenômeno cultural que tem em sua composição um sistema de manifestação remetendo uma norma. O estilo, assim como o uso, visa uma “maneira de fazer” construída através da fala, caminhada, contato, reprodução. Essas produções do espaço geram um elemento o qual Certeau (1990) nomeou de código, sendo resultado de um tratamento singular do simbólico.

Nesse sentido, aspectos se ligam e formam um estilo de uso, maneira de ser e fazer que condizem completamente com o povo e o espaço produzido, cujo os mesmos pretendem se entender. Buscou-se dialogar o espaço por meio das leituras de Yi-Fu Tuan (1983), pois foi

utilizando os conceitos de experiência destinados à percepção de espaço e lugar, como forma humana, em um termo abstrato, sendo medido por diferentes fatores culturais.

Para Rosendahl (2012), o contexto político-religioso é um fator importante no entendimento da construção do espaço brasileiro, tendo em vista a complexa dinâmica cultural produzida pela Igreja Católica no exercício da gestão do sagrado. E pode-se entender esse fator, pois, segundo Tuan, desde os tempos mais remotos da humanidade, o ser humano organiza o espaço conforme suas necessidades biológicas e suas relações sociais, mesmo não estando consciente disso, pois trata-se de um fator natural. Segundo Tuan, “o homem pela simples presença, impõe um esquema no espaço. Na maioria das vezes, ele não está consciente disto” (1983, p.42).

A estrutura do corpo foi até mesmo reproduzida na arquitetura moderna, os prédios os lugares mais altos são destinados às pessoas mais ricas, são elas que comandam o mundo, assim como o cérebro comanda o corpo. Isso leva a pensar a posição social da estrutura familiar que constrói os túmulos altos e suntuosos presentes nos diversos cemitérios. Além disso, as pessoas tendem a considerar o lugar que ocupam, sua terra natal, como o centro do mundo, enquanto os espaços que a circundam são percebidos a partir do esquema de estruturação do corpo como áreas subjacentes, em segundo plano (TUAN, 1983).

A respeito de memória e espaço, um enquanto produtor do outro, a pesquisadora Aleida Assman (2011) traz uma discussão de suma importância, uma vez que seu caráter interdisciplinar reúne obras referências nos estudos de memória. A mesma defendeu que os espaços são pontos que remetem um valor significativo à memória e à cultura de uma região e tanto o local quanto seus símbolos refletem em uma recordação individual que dilui-se em uma recordação geral.

A partir da leitura de Assman (2011), entendeu-se que o cemitério pode ser visto como um lugar de memória, sendo reflexo tanto do passado quanto do presente. Dessa forma, a autora escreveu: “nada disso nos atrai, mas sim o que eles guardam, o que confiamos à terra. Não se trata apenas da lembrança, mas da própria pessoa; não apenas do passado, mas do presente” (ASSMAN, 2011, p. 346).

Em uma discussão a respeito da História Cultural, tendo em vista seus locais de estudo e personagens, achou-se necessário o uso da obra de Roger Chartier (2002) e, como apoio, as leituras de Peter Burke (2004) e Sandra Jatahy Pesavento (2004) para analisar os documentos

propostos na referida pesquisa. Estes autores citados são importantes, pois trarão luz à reflexão sobre o ser humano, seus fatores históricos e culturais, uma vez que discutem o assunto por uma produção cultural e o reconhecimento da identidade de uma região/povo.

Segundo Roger Chartier (2002), um autor deve ser lido e entendido analisando o recorte temporal em que se insere. Por esse motivo, pensar os fatores de civilização fazem ir de encontro com o discurso e o fato, questionando a ideia de fonte como instrumento capaz de mediar entre testemunho e realidade, tendo em vista esta última como fator de múltiplos sentidos, diante das representações do mundo social que são construídas com base em interesses de um grupo sobre os demais.

Nos documentos serão analisados os discursos contidos, as falas descritas com o propósito de interpretar quem falou, quando falou, para quem falou e por que falou. Isso será possível através dos estudos presentes em Michel Foucault (1996). Sua contribuição para a análise do discurso se faz importante em qualquer pesquisa deste porte, pois busca-se entender as formulações discursivas, os processos relacionados entre os interlocutores e o contexto de enunciação.

Com relação aos procedimentos metodológicos e análise dos dados, a abordagem é o tratamento das fontes, o campo de observação, o método. Por isso, as fontes serão tratadas através da História Serial, utilizada com séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis, com o intuito de compreender as manifestações culturais materiais e imateriais produzidas pelas relações humanas.

Busca-se selecionar em forma de série os documentos, fazendo um recorte voltado para a tríade: tempo, espaço e discurso. A metodologia vincula-se a atuações concretas, dirigidas à resolução de um problema. Mais do que o pensamento, remete à ação. “Para isso, o método indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia. Constitui-se de ‘regras precisas e fáceis’, como diz Descartes, ‘para não desperdiçar as forças de sua mente’” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 11).

Através da História Serial, sob a luz do método utilizado por François Furet (1995), procura-se entender o conjunto de princípios e procedimentos interpretativos que contém a proposta de um método voltado para a análise do detalhe tido como fator secundário, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma para se ter uma interpretação do contexto abordado. O método serial servirá como uma

abordagem significativa dos documentos de óbito em grande quantidade, pois se trata de um recorte temporal mais amplo (a segunda metade do século XIX até inícios do XX (1858-1926). “A série descobre um tempo que não é mais o impulso periódico e misterioso do acontecimento, mas um ritmo de evolução de agora em diante mensurável, comparável, e duplamente diferencial, caso o examinemos no interior de uma mesma série ou comparemos uma série a outra” (FURET, 1995, p. 58).

Interessante analisar alguns discursos dos Presidentes de Província para entender o contexto da época, tendo em vista os relatórios apresentados à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, por volta do ano de 1856. Foram necessárias visitas ao espaço interno e externo do Cemitério Público Municipal de Jardim do Seridó, interior do Rio Grande do Norte. Como se trata de uma pesquisa voltada para a discussão a respeito do espaço, a abordagem em campo, sobre a cultura material, é um fator de suma importância. Foram feitas análises desse espaço em estudo das antigas às atuais sepulturas (assim como as lápides, terços, velas, identificações, e quaisquer outros vestígios materiais) para a compreensão dos signos e significados resultantes dessas representações culturais.

O espaço externo pode ser observado como reflexo do resultado das transformações urbanas ao longo do tempo. Com relação às fontes selecionadas e citadas acima, podem ser encontrados: discursos presentes em testamentos (as formas como os bens eram deixados, as vontades antes da morte, lugar de enterramento, crenças e fatores mortuários), dados pessoais (nomes, datas, idades, filiação, condição, naturalidade, etnia, faixa etária e causa-mortis), questões que levaram à construção do cemitério público (edificação e serviços).

Após o levantamento dos dados supracitados, foram feitas fotocópias dos documentos, preenchimento de ficha registro e anotações em cadernos de campo, agrupados e organizados em séries de dados sobre a significação em relação àquilo que se pesquisa. Com a ajuda de um notebook, tais anotações foram transferidas posteriormente para documento Word e salvas um serviço de disco virtual para que as informações e fontes não se percam com o tempo.

Com isso, foi necessário o debate sobre os rituais fúnebres, tendo em vista o ser humano como sujeito construtor da história e de espaços, e a morte como um norteadora para uma percepção de significados relativos às manifestações cultural e cultura material, pois trata-se de um assunto ainda vago e que gera dúvidas desde muito tempo. A compreensão do que é a morte e o segmento do pós-morte, para o ser humano, é um fator histórico sensível repleto de tabus e sofrimentos, uma vez que o momento derradeiro gera aflição.

Os atributos para registrar o passado e deter a autoridade da fala sobre os rituais, o ser humano e a cultura material, devem ser levados em consideração quando se trata de analisar o que é celebrado e como é celebrado. A percepção na transformação da cultura de morte mostra como se deram as relações políticas e religiosas que sofreram mudanças, principalmente, com doenças que afetaram as pessoas no Seridó, nos idos de 1850. Posteriormente, e a respeito de doenças que afetaram o sertão do Rio Grande na segunda metade do século XIX, será citado o cólera morbus.

A cultura, neste caso, passa a ser um reflexo de um fator que vai além dos sujeitos representantes, haja vista as doenças que assolaram a região. Enquanto na Bahia acontecia a Cemiterada⁴ – uma rebelião, que ocorreu em 25 de outubro de 1836, contra a construção do cemitério, na qual os manifestantes deram um caráter ritualístico à revolta, no Povoado Conceição do Azevedo, a construção do cemitério público se deu sob terreno doado, ajuda da população civil e bênção do Padre Francisco Justino Pereira de Brito.

No dia 12 de março de 1858, o Cemitério Público do Povoado Conceição do Azevedo teve sua benção pelo Vigário Padre Francisco Justino Pereira de Brito, dando início a uma nova forma de enterramento, transferindo da capela ao cemitério as práticas que se davam sobre o pós-morte e o lugar do descanso eterno. Entende-se as construções históricas e culturais de uma população com base nos seus ritos e as formas que se tomam frente aos discursos produzidos, dessa forma, torna-se necessária a observação desses fatores e suas influências sobre a sociedade de um povoado no sertão do Rio Grande do Norte.

Tanto a saúde pública, quanto a Igreja Católica e os setores político-administrativos são condutores nas transformações culturais a favor das almas do século XIX. A preparação, a transposição e o enterramento do morto são reflexos recorrentes dessas transformações que ditaram leis, construíram espaços e a cultura material e imaterial. Portanto, em um tempo de tantas transformações, perceber os discursos e seus influenciadores é perceber as vivências até os dias atuais.

Dessa forma, o primeiro capítulo abordará sobre as discussões que produziram o sertão nos tempos de modernização, tendo em vista questões políticas produzidos pela alteridade, a visão dos viajantes que iriam de encontro a um território desconhecido.

⁴ REIS, João José. “Introdução”. In: *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13-26.

Argumentar sobre essa produção mostra-se interessante, pois se buscou entender parte das percepções diferentes ao que é posto desde muito tempo e qual o intuito dessa produção.

No segundo capítulo, pretenderam-se perceber as ideias modernistas, construções e planos urbanistas que eram resultados dos séculos XIX e XX, com ares de mudanças, sobretudo nas formas de agir e pensar. Assim, buscou-se abordar sobre os discursos higienistas e como se deram as construções dos cemitérios públicos no Povoado Conceição do Azevedo, perceber as contribuições sobre a saúde e os índices de morte que ocorreram na época. Essas discussões trouxeram luz ao trato do entendimento sobre a construção do cemitério público e seu espaço interno.

CAPÍTULO I

O PODER DO LUGAR: SERTÃO COMO CENÁRIO DE POSSIBILIDADES

"Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar".⁵

"Olhar, por conseguinte, não é uma experiência neutra, não equivale ao ver e, sobretudo, faz muito mais do que simplesmente captar imagens: constrói-as".⁶

O sertão enquanto espaço geográfico, é cultural e social, podendo ser entendido a partir das experiências humanas. Seus significados e ressignificados foram descritos por diversos estudiosos da área da Literatura, Geografia, História, Antropologia, Sociologia e Arqueologia. Viajantes do século XVII e XVIII descreviam o sertão como lugar inóspito, longe do litoral, afastado, uma natureza selvagem, algo além, inóspito.

Tomemos como referência *Os sertões*, obra de Euclides da Cunha (1866-1909), publicada primeiramente em 1903, que retrata a Guerra de Canudos (1896-1897), ocorrida no interior da Bahia; *Morte e vida Severina*, sob autoria de João Cabral de Melo Neto (1920-1999), obra publicada primeiramente em 1955, o qual representou a trajetória de Severino de Maria do finado Zacarias⁷ como migrante do sertão de Pernambuco; e a obra *Grande Sertão: veredas*, livro de João Guimarães Rosa (1908-1967), publicado primeiramente em 1966, o qual representa o sertão de Minas Gerais através do olhar de Ribaldo, um jagunço.

Mesmo com o passar dos tempos, por volta do século XIX e XX, o sertão ainda era visto pelos viajantes que se aventuravam por esse espaço. Eles continuavam descrevendo-o como selvagem, atrasado, de gente sofredora e humilde. São múltiplos significados, percepções. Diversos agentes que produzem imagens sobre espaços. O sertão visto pela alteridade também é um discurso de poder, deve-se entender quem o produz e por que produz.

Entender o sertão vai além do espaço físico, é uma busca pelos agentes que foram dispersos e esquecidos pela história. Deve-se ater aos detalhes das percepções, do sentir, das

⁵ ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. v. 2. São Paulo: Nova Aguilar, 1994. pp. 28.

⁶ MULINACCI, Roberto. Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão. In: RAVETTI, Graciella, CURY, Maria Zilda e ÁVILA, Myriam (orgas.). **Topografias das culturas: representação, espaço e memória**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, pp. 18.

⁷ Optou-se por apresentar o personagem da mesma forma que o autor, pois trata-se, até os dias de hoje, como um costume entre cidades do interior do Seridó, o qual faço parte e vejo, recorrentemente.

experiências dos sujeitos existentes, como apontou Maria Zilda Cury, “olhar o outro, sabendo-se não ser o outro. Sentir com o outro, sabendo-se não ser o outro. Responsabilizar-se pelo outro radicalmente (...), responsabilidade como superação ética da percepção da alteridade” (CURY, 2006, pp. 59).

Isto posto, busca-se, com o presente capítulo, entender algumas produções sobre o espaço sertanejo através das obras acima citadas, tendo em vista as experiências de seus autores e os impactos sobre a descrição desse espaço. Propõe-se um diálogo acerca do entendimento sobre o lugar produzido como discurso de poder e a relação cultural do mesmo com seus agentes praticantes do espaço.

Entender como o sertão era entendido através dessas descrições literárias, tendo em vista as transformações da modernização. Interrogar a respeito desse espaço em composição com as fontes históricas, a fim de proporcionar outras interpretações. Discutir como a modernidade e os discursos higienistas afetaram os comportamentos frente à cultura de morte e morrer no Povoado Conceição do Azevedo, com a transposição do enterramento da capela ao cemitério.

OS SERTÕES

Como citado acima, a obra de Euclides da Cunha, intitulada *Os Sertões*, foi tomada enquanto leitura necessária para entender como era produzida a ideia de sertão em fins do século XIX e início do século XX. Nela, o autor, natural do Rio de Janeiro, descreveu o sertão do interior da Bahia como um lugar diferente do resto do Brasil. Há as descrições de fauna e flora, do chão rachado e os sujeitos esquecidos. Uma obra clássica que deve ser lida, sobretudo, partindo do lugar do autor, aquele que produziu.

Por muito tempo, houve lugares distantes do litoral considerados inabitáveis. Esses lugares, acreditava-se, eram chamados de sertão ou sertões. Acha-se válido ressaltar que “durante a ocupação e o povoamento da América portuguesa, ‘sertão’ expressou fronteira da colonização, campo de atividades bandeirantes, lugar onde se procuravam minérios e guerreavam-se contra os índios, degolando os homens e escravizando mulheres e crianças” (NEVES, 2013, pp. 154).

Uma referência para discutir a respeito das produções literárias de Euclides da Cunha e Guimarães Rosa sobre sertão foi Roberto Mulinacci (2009) e Flávio Barbeitas (2009), sob o olhar da obra *Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão*. A obra trata a paisagem entendida como produto da subjetividade humana. Os meios ambientes tornando-se visíveis a partir da percepção dos sujeitos. Roberto Mulinacci, sobretudo, mostrou que a paisagem é um fator cultural, pois a subjetividade histórica torna-a autêntica. O processo de interpretação, que é a visto a partir do pensamento, vai além do olhar ótico.

Ao se apoiar nesses dois nomes da literatura, dos quais a presente pesquisa se utiliza, Roberto Mulinacci estudou Euclides da Cunha – *Os sertões* – e Guimarães Rosa – *Grande sertão: veredas*. Segundo o autor, “há figuralidade disjuntiva dos dois discursos textuais” (MULINACCI, 2009, pp. 14). Mesmo assim, Mulinacci não está convencido de que os sertões descritos por esses autores tratavam-se, de fato, dos sertões propriamente ditos. São relações de linguagens que descrevem duas paisagens diferentes, a seu modo. Segundo Mulinacci, o

Lugar euclidiano, o qual, reintegrando aquele espaço de natureza dentro da ordem política nacional, abdica da função de paisagem, suceda – no fim desse percurso virtual – a paisagem rosiana, agora incapaz de se pensar como Lugar e, pelo que parece, já em fase de desnacionalização avançada (MULINACCI, 2009, pp. 15).

A partir de Euclides da Cunha, os sertões tomam forma na literatura. Um dos precursores do verbo sertão, Euclides immortalizou a guerra de Canudos e seus sujeitos históricos, assim como as paisagens contidas nesse recorte espacial. Tratava-se de uma questão de representação espacial à ordem, pois haveria a imposição ideológica de progresso, onde o intuito era reduzir as periferias em relação ao centro. Canudos nada mais era do que um sertão longínquo, distante da civilização e da história, um vácuo.

Os sertões de Euclides pode ser vistos como uma construção, imagética e cultural. O autor era a voz da alteridade que foi encaminhado para descrever um território completamente estranho à sua familiaridade, que era o Rio de Janeiro. Embasado em toda a sua tradição literária, Euclides descreveu um espaço composto pelo estranhamento, uma vez que a realidade da Guerra de Canudos era algo diferente de sua vivência. A respeito dessa construção, é cabível dizer que o “olhar, por conseguinte, não é uma experiência neutra, não

equivale ao ver e, sobretudo, faz muito mais do que simplesmente captar imagens: constrói-as” (MULINACCI, 2009, pp. 18).

Roberto Mulinacci se utilizou do conceito foucaultiano de *contra-lugar*, para descrever o espaço sertanejo, o qual reflete a partir de outros lugares e tempos que, “embora localizável, está fora de qualquer lugar” (MULINACCI, 2009, pp. 29). Em outras palavras, o autor viu o sertão como uma relação constante de transformação cultural, que partiu de uma paisagem criada pelas memórias dos sujeitos.

A ideia de *fronteira* pressupõe o reconhecimento da remarcação de um território, algo que vai além do meio ambiente, este último não se constituindo como objeto antes da visão humana. “No horizonte poético em questão, tudo se passa como se homem e lugar retornassem a um estágio de quase indistinção, em que falta o distanciamento necessário para a instauração da dicotomia do sujeito e objeto” (BARBEITAS, 2009, pp. 33). A fronteira, assim como a paisagem, é formada a partir do discurso, composto por adjetivações de um olhar carregado pela cultura.

Era necessário descrever e delimitar as fronteiras para tornar o sertão um fator familiar. Conhecer os espaços nacionais era estratégia de uma uniformização do projeto nacional do início do século XX. Caberia a Euclides descrever aquilo que a ele era o estranho, o qual ele se tomava como o “salvador da civilização” perdida, nesse caso, o sertão baiano. Descrever esse espaço não significa que possa tomar a parte como o todo, pois esta era a particularidade no olhar de Euclides, homem que produziu um sertão a seu modo, fictício.

O autor mostrou que sertão é algo posterior ao sujeito, formada enquanto reflexo dele, a partir do olhar cultural e difundida, interpretada, através das artes, sobretudo literatura. Assim, Roberto Mulinacci toma o sertão como recorte espacial para descrever o sentido de paisagem e nele ver a “relação analógica entre o lugar e a palavra, que aos poucos deixa de remeter a um referente concreto para coincidir com uma forma simbólica transubstanciada em linguagem” (MULINACCI, 2009, pp. 13). O importante é ver a relação entre o nome que é criado sobre a paisagem tanto quanto sua ideia e significação, assim como o real elemento.

Desde o período colonial, onde houve a busca constante de conhecer esses sertões, vistos como locais de terras distantes, havia uma forte vontade de descrever o que, até então, era desconhecido. As primeiras cartas, que eram enviadas para El Rei, descreviam os sertões como terras devolutas, distantes, de natureza e povos selvagens, desconhecidos, onde adentrar

em seu território era o mesmo que se aventurar diante de um corpo estranho, de grandes mistérios a serem desvendados.

Ocorreu que, por muito tempo, essas cartas ficavam eram descrições dos sertões, haja vista toda a produção feita pela mão da alteridade, que era a representação do europeu litorâneo. Essa invisibilidade dos sertanejos, juntamente com o seu calar, fez com que houvesse, perante a historiografia, um equívoco preconceito que é predominado ainda hoje: denominar os sertões como atrasados, sem cultura, ignorantes, presos a um passado distante tanto quanto sua geografia.

Levando em consideração as construções literárias sobre os sertões, produzidas no século XIX e XX, onde idéias modernistas e urbanistas se encontravam no seu ápice, pode-se notar o quão carregadas de descrições onde o estranhamento predominava, onde esse espaço era tido como saudosista, inerte no tempo. O fator é que nos idos do século XIX e XX, os intelectuais da época buscavam identificar o caráter nacional e engendrar uma história que propusesse a legitimação de suas produções em diálogo com o que se produzia no Velho Mundo.

O problema é que as descrições literárias aqui citadas não acreditavam na possibilidade de haver nação civilizadora na América tropical, em decorrência do seu clima, localização geográfica e fatores de mestiçagem. Nos idos do século XIX e XX, sobretudo, havia a emergência lógica de grandeza frente aos discursos modernistas que ditavam regras sobre os espaços, para que houvesse um avanço imediato de sua urbanização e que ela pudesse ser comparada às demais cidades com crescimento urbano do século XIX, principalmente Paris.

A população sertaneja, entendida até hoje, foi produzida por intelectuais no início do século XX. Parte dessa descrição é de maior responsabilidade pelas mãos de Euclides da Cunha, escritor que se deslocou até o interior da Bahia para presenciar a Guerra de Canudos, por volta de 1896-1897. A obra, de igual nome, *Os Sertões*, foi escrita por Euclides da Cunha e publicada em 1903. Seus escritos produziram uma identidade sertaneja na mentalidade que perdura até os dias de hoje.

Após Euclides da Cunha, podem ser observadas as descrições dos sertões que tomaram vários âmbitos das artes, tais como: literatura, pintura, música, teatro, cinema, entre

outros. A década de 1930 foi recorrente nessa produção através do movimento Regionalista, que se deu com Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Jorge Amado.

Em outro momento, na segunda metade do século XX, obra que permeou o espaço sertanejo e repercutiu frente às demais produções, foi *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa (1956) e o *Romance da Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna (1971). Na música, pôde-se ver o *Baião* popularizado como cultura sertaneja, pelos cantores Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira e imortalizado em seus discos. No cinema, a obra de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, causou impacto diante do filme de Nelson Pereira dos Santos (em 1963) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (1964).

Essas produções artísticas foram importantes no trato da visibilidade sobre a discussão cultural do sertão. O sertão enquanto espaço descrito pelas artes, tem particularidades que o produz e são responsáveis pela construção de sua imagem. Por ser plural, torna-se complexo perceber que sertão não é um dado imóvel, parado no tempo e espaço, que não se trata apenas de um recorte geográfico, mas sim de um amplo leque de possibilidades, pois habita de norte a sul do país. Há, em grande leva, vários sertões, pois, como ressaltou Antonio Moraes:

Tais características compõem a base do que pode ser definido como o imaginário do sertão, um conjunto de juízo e valores adaptável a diferentes discursos e a distintos projetos. O recurso a esse imaginário para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto ao uso futuro do espaço abordado, exatamente por mobilizar uma valorização que traz em si uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação. Definir um lugar como sertão, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação (MORAES, 2003, pp. 7).

Dessa forma, Antonio Moraes (2003) propôs uma discussão curiosa a respeito desse sertão produzido por muito tempo como algo imóvel, inerte, parado no tempo, que não transita e que é único em significado, como já foi citado, fator que diz respeito ao discurso do retrocesso. O autor faz pensar sobre uma superfície que é múltipla de significados culturais, sociais e geográficos. O sertão pode, claramente, ser um espaço tomado como distanciamento tanto quanto aproximação, dependendo de quem o vê e quem o produz. Sua singularidade é múltipla em significados que não deixa uma conclusão, mas sim um debate sempre em aberto.

Por esse viés, há o sertão que se encontra longe, no entanto, se faz perto e presente na composição da identidade brasileira. Em texto, carregado de significados e diversos versículos sobre sertão, a autora Jerusa Ferreira (2004) ressaltou que buscar descrever o sertão, em outras palavras, é o mesmo que adentrar em um terreno inóspito, uma vez que é dito e representado com risco corrente de causar imagem que distancia daquilo que realmente é: o sertão experienciado.

De múltiplos significados, torna-se difícil falar ou descrever os sertões, ressaltou Jerusa Ferreira:

Ao acompanhar a amostra que segue, difícil vai ser estabelecer uma direção conceitual, uma linha única, pois o que se verifica é, muito pelo contrário, uma graduação de significações que se situam formando verdadeiros blocos opostos, pares opositivos, como uma constante que vai unir dois pólos (FERREIRA, 2004, p. 29).

A necessidade de descrever esses territórios era tamanha quanto significado estratégico de política e guerra. Conhecer os sertões era, sobretudo, conhecer o Brasil em larga escala. A Coroa portuguesa achava necessário organizar e dominar o espaço, dessa forma, em suas colônias – América e África – havia sistemas de divisão de terras para melhor atender seus interesses. Dessa forma, dividir e compartilhar fazia parte de seus planos de dominar, porque, assim, eles poderiam conhecer, controlar e lucrar com esse jogo. Dessa forma, havia diversas estratégias de domínio, sobretudo, pelos sertões (GUIMARÃES, 2011).

Ao eliminar o contexto cultural e político, havia uma necessidade de inferiorizar o sertanejo, o descrevendo como ignorante e atrasado, pois este encontrava-se em um patamar distante do litoral, apresentado como temporal e evoluído, haja vista seu contato recorrente com a metrópole. Além da colonização geográfica, econômica, política e cultural, havia também a colonização do conhecimento que separava o que era válido do inválido, onde inferiorizava pessoas e as tratavam como ignorantes, frente aos demais. Segundo Boaventura Santos:

Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena. (...) De fato, sobre o pretexto da ‘missão colonizadora’, o projeto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais. Com isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo (SANTOS, 2010, p. 17).

Tratar sertão como conceito único não é válido, pois é o mesmo que descrever o indescritível, uma vez que este depende de quem o experiencia, vive, sente. A cada ideia de sertão, em um vocabulário, haverá variedades de significados. Entre secos e úmidos, próximos ou afastados, os sertões estarão presentes na memória e na vivência, em sua variedade infinita. Inferiorizar o sertão e seu povo é o mesmo que se automutilar, pois trata-se de uma agressão direta com o próprio corpo, mesmo sem haver a intenção. O sertão é a veia pulsante no coração do brasileiro.

GRANDE SERTÃO: VEREDAS

O livro *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa (1908-1967), publicado primeiramente em 1966, escrito cinquenta anos depois de *Os sertões*, representa o sertão de Minas Gerais através do olhar de Ribaldo, um jagunço. Pode-se entender o sertão produzido ao longo do tempo como uma vereda, um caminho para a construção simbólica da memória que busca entender o misto de culturas como um fator determinante. Diante disso, percebe-se que as descrições sobre esse espaço como uma natureza selvagem podem ser interpretadas como descrições atreladas a saberes culturais, os quais fazem com que o outro produza um espaço de estranhamento frente ao que está acostumado a viver no seu cotidiano.

Os lugares de memória são criações do ser humano. Ele o cria com um único propósito: lembrar o que possivelmente será esquecido. Lembrar é a atividade recorrente para o não esquecer. A memória é uma produção humana que está fortemente atrelada ao convívio social e às práticas culturais. Aleida Assmann (2011) escreveu sobre duas possibilidades de memórias, sendo elas: a memória objetiva, a qual se recorda dos locais, e a memória subjetiva, aquela em que há possibilidade de que os locais possam ser tomados como sujeitos portadores e produtores da recordação, onde são atrelados de sentimentos e memórias. É sobre a memória subjetiva que tratará o sertão aqui presente.

O sertão, sendo observado no período do século XVII, através dos olhos do colonizador, podia ser percebido como uma paisagem natural, um espaço que não tinha significado, pois não tratava-se de construção humana, mas que de ressignificação dos povos que buscavam riquezas e conquistas frente às grupos indígenas ali habitantes. O que pode se

produzir sobre as paisagens são significados, nomeações, lembranças, construções simbólicas que partem do entendimento cultural, do humano que o habita ou que o permeia.

Cinquenta anos depois de *Os Sertões*, Guimarães Rosa escrevia *Grande sertão: veredas*, sob a análise dessa visão diferenciada de Euclides da Cunha, criador do sertão distante da realidade brasileira, produzido no século XIX. A paisagem sertaneja de Rosa, analisada por Roberto Mulinacci, descreveu um sertão de imensidão, comparando as duas obras, o autor relatou que

N’*Os sertões* a fronteira é simplesmente deslocada e fecha-se para englobar o espaço anteriormente alheio; em Guimarães Rosa, pelo contrário, a fronteira interioriza-se num corpo e some, abrindo à desmedida dimensão original da sertanidade. Dimensão que, coincidindo, de fato, com a pura geografia do lugar.

(...)

O romance de Guimarães Rosa, longe de ser apenas uma ideal reescrita d’*Os sertões*, reescreve também o palimpsesto da formação nacional, enquanto depósito sincrônico de cenários culturais já não historicamente estratificados, mas sim geograficamente sobrepostos, resultando em um cronotopo ambíguo, dentro do qual o futuro do Brasil coincide com o passado do sertão (e revirando assim pelo avesso a representação euclidiana de duas temporalidades incompatíveis com uma única espacialidade) (MULINACCI, 2009, pp. 26, pp. 28).

A questão de fronteira, discutida por Roberto Mulinacci, segundo Flávio Barbeitas, está contida na literatura de Guimarães Rosa, quando ele descreve o sertão como imenso, tornando-o universal. Isso faz com que sejam derrubadas as fronteiras que estavam sobretudo, na obra de Euclides, o qual descreveu o sertão bahiano como um território à parte da nação. “Ou seja, o desaparecimento da fronteira que separava sertão e civilização só parece ser possível – no contexto do mundo moderno – se culminar no desaparecimento da fronteira absoluta, aquela que nos identifica como espécie” (BARBEITAS, 2009, pp. 39).

A nação brasileira, sobretudo, nasce dos sertões, lugar que se forma em misto de culturas, no qual pode ser entendido enquanto território e sujeito, de suma importância para compreender o todo nacional. Tudo é entendido através do contato. Para Simon Schama, “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto” (SCHAMA, 1996, p. 20).

Compreender a paisagem sertaneja só é possível quando se busca entender a relação entre natureza e ser humano, onde a cultura constitui um fator determinante nesta troca de simbolismo, mitos, lembranças, superações e obsessões. O sertão como divisor de tempo e espaço é resultado de tradição, que acompanha os sujeitos produtores por muito tempo. O espaço sertanejo, por muito tempo, foi descrito através de experiências com as paisagens e essas foram perpetuadas através de memórias individuais, sobretudo coletivas, perpassadas por histórias conhecidas por muitos.

Capistrano de Abreu (2000) ressaltava que a nação brasileira nasceu dos sertões, lugar que se formou em um misto de culturas, no qual pode ser entendido enquanto espaço e sujeito, de suma importância para a compreensão histórica do Brasil. Esses fatores de desenvolvimento e conhecimento do novo eram entendidos através dos contatos que se davam entre portugueses e nativos, em paisagens anteriormente desconhecidas. Segundo Simon Schama, “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto” (SCHAMA, 1996, pp. 20).

Compreender o sertão só é possível quando se busca entender essa relação entre sujeito e paisagem, onde a cultura constitui um fator determinante na troca de simbolismos, mitos, lembranças, superações e obsessões. O sertão como divisor de tempo e espaço é resultado de tradição, que acompanha os sujeitos produtores por muito tempo. O mesmo foi descrito através de experiências com espaços e perpetuados através das memórias individuais, que partem da concepção de cada sujeito; e coletivas, em um compartilhamento entre o individual e o outro (ASSMANN, 2011).

Os sertões carregam camadas de temporalidades distintas e longínquas, que coexistem. Sertão enquanto paisagem, portanto, foi produzido amalgamando as múltiplas temporalidades e experiências, muitas vezes alusivas a um passado remoto. As produções sobre os espaços existem segundo as memórias e cultura, reflexos de vivências e discursos. Segundo Schama,

A memória pode ajudar a restabelecer o equilíbrio. Os hábitos culturais da memória sempre deixaram espaço para o caráter sagrado da natureza. (...). Toda as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm marca de nosso legado cultural ou sua posteridade, penso eu, para levar a sério os muitos e variados males do ambiente (1996, p. 29).

Conceber o sertão como lugar de memória é um fator primordial para entender os discursos produzidos sobre o mesmo. Trata-se de peça-chave na construção artística da memória, configurando imagens e lugares, o primeiro sendo útil para um conteúdo do saber e o último, sendo tomado como fixação afetiva. “Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação de muito significativos” (ASSMANN, 2011, pp. 318).

Descrever o sertão como lugar é fazer uma releitura de quase tudo o que foi vivido e escrito diante do cenário modernista, o qual propõe discutir a presente pesquisa, em uma busca constante para perceber como os discursos da modernidade adentraram os sertões e influenciaram os espaços públicos e privados. Buscou-se, justamente, dialogar com a história moderna, morte e morrer de pessoas do Povoado Conceição do Azevedo na segunda metade do século XIX e início do século XX. Para tanto, toma-se como primeiros passos buscar perceber o sertão moderno, o que o produzia e quem o produzia. Como eram feitas as vivências e culturas sertanejas existentes nesse território.

As breves descrições aqui presentes serviram como apresentação dos múltiplos significados existentes sobre o sertão. Entender esses significados não é o propósito da presente pesquisa, mas sim mostrar a existência deles como pontapé inicial. Há bagagem para uma longa viagem e esta é tamanha que talvez não seja possível descrevê-la, ou não veja o acontecimento em si, os detalhes, os personagens. Pelo sim ou pelo não, o sertão ainda é um mistério, uma emissão que ficou guardada por muito tempo e que, aos poucos, vai se mostrando por si só e não mais pelo outro.

MORTE E VIDA SEVERINA

A obra que se fez referência para pensar a morte no sertão foi *Morte e vida Severina*, sob autoria de João Cabral de Melo Neto (1920-1999). Trata-se de uma da segunda metade do século XX, publicada primeiramente em 1955. Ela representou a trajetória de Severino de Maria do finado Zacarias como migrante do sertão de Pernambuco. Muito conhecida por descrever os perigos da seca e a familiaridade entre o personagem principal e a morte podem ser observados como um fenômeno presente no discurso de João de Melo Neto (2010), fator recorrente até os dias de hoje. Isso é possível, pois sua fala foi disseminada e popularizada

entre os leitores. Logo, a morte se tornou um dos discursos da seca, presente em parte do sertão nordestino e que assola e maltrata a população.

Os rituais de sepultamento fazem parte de um conjunto social e cultural. Acredita-se na importância que deve dar às cerimônias, sejam elas de batismo e morte. A tratar de ritos funerários ou de sepultamento, pode-se ressaltar o cuidado e o valor que se tem com o corpo do defunto, tendo em vista a preocupação com a crença do pós-morte, fazendo entender que a ritualização fúnebre é uma questão cultural antiga de resistência à própria natureza humana. Por isso, a morte foi aprisionada em suas cerimônias e transformada em espetáculo, arte, cultura, tendo suas representações transmitidas de formas romantizadas e dramáticas ao longo do tempo (MUNIZ, 2006, p. 163).

Perceber como a morte era e é produzida nos sertões é o mesmo que buscar entender as particularidades culturais que os espaços e discursos refletem sobre as pessoas. Nos sertões nordestinos, sobretudo, a morte é um fator predominantemente rotineiro, segundo os discursos produzidos, pois ao espaço é ligada a idéia de miséria e atraso. Dialogar com as relações existentes em contraste com as produzidas pela alteridade faz pensar nos múltiplos significados que foram criados ao longo do tempo.

A obra *Morte e vida Severina*, autoria de João Cabral de Melo Neto traz claramente um discurso recorrente da morte presente no sertão nordestino:

— E se pela última vez
me permite perguntar:
não existe outro trabalho
para mim nesse lugar?
Como aqui a morte é tanta,
só é possível trabalhar
nessas profissões que fazem
da morte ofício ou bazar (MELO NETO, 2010, pp. 85).

É claramente notória a familiaridade com a morte, presente no discurso de João de Melo Neto, fator recorrente até os dias de hoje. Isso é possível, pois trata-se de uma

disseminação da popularização da morte devido aos discursos da seca, presente em parte do sertão nordestino e que assola e maltrata a população.

Na obra *Superstição no Brasil*, de Câmara Cascudo (2001), o autor retrata a religião e o morte e morrer do brasileiro partindo das superstições. Todo o relato é feito com base em suas bibliografias e, sobretudo, suas memórias de menino criado no sertão. São produções culturais que estão diante de Cascudo e dos demais brasileiros. Sobre o velório, Cascudo escrevia:

Preparado o corpo, disposto no caixão, acesas as velas, queimando-se incenso, guardam os amigos e a família o morto durante as horas que antecedem ao sepultamento. (...) A guarda ao morto é velha tradição oriental e começaria da fase pastoril onde o cadáver seria vigiado pelos da tribo para não ser roubado pelos inimigos, roubado para restituição com pagamento ou por vingança, impossibilitando a suprema e decisiva deposição na sepultura (CASCUDO, 2001, pp. 22).

É notório, na fala de Cascudo, que os costumes por ele vivido não são inventados, mas sim, ressignificados de outras culturas. Trata-se de um tecido de partituras que vai se formando através do contato entre os povos e, assim, transformando as pessoas com o passar do tempo. As relações entre o sertanejo e seus mortos têm o trato simbólico, repleto de fatores culturais.

As práticas articuladas (política, social, discursiva), que são responsáveis na construção das figuras, são demarcantes e os esquemas que as moldam, que constroem objetos de uma história cultural, levam a repensar completamente a relação tradicional postulada entre o social. Esta História também deve ser entendida como estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, sendo responsável por romper com a “antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido inerente, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirigir-se as práticas que, pluramente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” (CHARTIER, 2002, p. 27).

Fatores culturais são repositórios acumulados de tempos que persiste no imaginário e na ação recorrente de muitos cidadãos. Notadamente, parte dessas ações são frutos dos contatos de período colonial e da religião católica, uma vez que os primeiros contatos europeus, advindos da colonização da América, adentraram o sertão e um misto de culturas

foram instaladas na região por volta dos séculos XVII, XVIII e XIX. Com o aumento das povoações, as representações e crenças europeias, unidas à cultura cristã, africana e nativa, desenharam os traços do povo sertanejo (MACÊDO, 2015).

Voltando o olhar sobre o sertão potiguar, em especial, o recorte espacial aqui proposto, falar sobre o povoado de Conceição do Azevedo (até 1858), atualmente Município de Jardim do Seridó-RN, ressalta a cultura que passa despercebida muitas vezes por sua população, uma vez que está tão recorrente em seu cotidiano. Escrever a esse respeito é ter a sensibilidade de olhar para dentro de si, uma vez que a presente autora desta terra faz parte.

A passagem do enterramento, anteriormente acontecido no cemitério das igrejas, para os cemitérios, distantes das cidades, fez com que mudassem alguns costumes mortuários, tais como: o lugar de sepultamento, as formas de enterramento, os cultos aos mortos e as visitas. Mesmo com a implantação dos cemitérios públicos, as pessoas continuavam a desejar que seus sepultamentos fossem dentro das igrejas, esses costumes foram sendo mudados lentamente (REIS, 1991).

O local de enterramento foi sendo ocupado aos poucos, até passar por duas transformações, responsáveis pelo aumento do Cemitério Público. Essa reforma foi, primeiramente, durante o mandato do Prefeito Joaquim Alves da Silva (1958-1963) e, posteriormente, sendo estendida a parte mais baixa do cemitério, no mandato da Prefeita Maria José Lira Medeiros. Segundo a placa que se encontra ao lado da nova entrada do cemitério, a última benção litúrgica se deu em 02 de novembro de 1990.

O Cemitério do Povoado Conceição do Azevedo foi construído em terreno doado à Paróquia por Antônio de Azevedo Maia e sua esposa Úrsula Leite de Oliveira. Antônio Maia, juntamente com parte da população local, foi responsável pela construção do cemitério público. O lugar de enterramento, que se dava nas capelas das fazendas e vilas, a partir do século XIX, começou a ser discutido como risco para a saúde pública da região. Por esse motivo, os espaços foram sendo criados e recriados de acordo com os costumes culturais e que influenciaram fortemente nas mudanças urbanas.

Nesse período de 1857-1903, o Povoado Conceição do Azevedo passou por muitas mudanças políticas e administrativas, indo de povoado a município, com a denominação de Jardim, em 1º de setembro de 1858, através da Lei 407, se desmembrando de Acará, Rio Grande do Norte; em 27 de agosto de 1874, através da Lei nº 703, foi elevado à condição de cidade com a denominação de Jardim do Seridó para se diferenciar de Jardim de Angicos. Vale ressaltar que este recorte temporal também abrange as mudanças político-administrativas

que estavam ocorrendo a nível nacional, com as idéias de república, as mudanças religiosas e os ideais de urbanização.

Em observação, nota-se a questão política atrelada à religiosa, uma vez que os primeiros cemitérios, feitos fora das capelas e igrejas, foram construções que partiam de discursos político-médico-higienista, ter a aprovação do Vigário Padre Francisco Justino com sua bênção litúrgica faz pensar que este foi parte importante na aceitação do cemitério pela população do Povoado Conceição do Azevedo.

Os primeiros cemitérios públicos são criações de um período de modernidade que surgia na Europa e se popularizava pelos demais países com desejos de inovações e pretextos de melhorias com relação à saúde pública. O século XIX veio para quebrar as barreiras entre os tempos antigos. Paris, capital da França, era a cidade modelo, o sinônimo vivo da modernidade, que tanto influenciou os outros países do mundo (HARVEY, 2015).

No Brasil, essas ideias de cortar laços com o antigo eram recorrentes. Havia a derrubada de cortiços, alargamentos de ruas, coleta de lixo, instalações de esgotos, pavimentação, e a criação dos cemitérios públicos, que salientava a importância com a saúde pública. Escreveu Alcinéia Santos (2011) que os primeiros cemitérios do Seridó foram construídos logo após um surto de cólera que se deu por volta de 1856, segundo a historiadora:

Com a criação de um cemitério público, a morte atravessa uma transformação que, de certo modo, tem a influência do capitalismo, uma vez que a construção dessa nova morada acarretaria lucros. Percebemos também que, dentro desse processo de transição, em que o defunto ganha um novo espaço, as relações comunitárias, enfraquecidas pela evolução do próprio capitalismo, tornam-se cada vez mais impessoais e individualistas (SANTOS, 2011, p. 178).

Por um fator econômico, as construções dos cemitérios públicos mudaram os cenários das cidades, tratava-se de uma quebra, de fato, com outro tempo. O que antes acontecia no cemitério das igrejas e capelas, passou a ser vivido em um espaço deslocado que, inicialmente, foi construído longe do centro da cidade, arquitetado com o intuito de levar os corpos muitas vezes vítimas das doenças contagiosas que assolaram a região.

O debate médico-sanitarista recaía sobre a população como fator primordial na construção de espaços e de culturas, rituais, cotidianos, mentalidades. Segundo Alcineia Santos:

Seguindo um modelo que foi comum a muitas cidades brasileiras, essa necrópole foi arquitetada longe do centro, daí a necessidade revelada no texto de se proceder à limpeza e capinação não só do interior da necrópole como também do caminho que dava acesso a ela. Nesse caso, a escolha do local obedeceu aos critérios propagados pelos higienistas, para o qual o isolamento e a distância da cidade eram condição essencial para a construção de cemitérios. Como estes não podiam ser abolidos e como os enterramentos no interior das igrejas havia-se tornado motivo de interdição, foi necessário expulsar os cemitérios do centro da cidade, já que representavam ausência de salubridade. Assim, eles deveriam ser construídos em lugares afastados, de preferência altos, levando-se em consideração a preocupação com o solo e a posição do vento (SANTOS, 2011, p. 181).

O enterramento nos cemitérios passa a ser uma regulamentação do espaço do morto e do vivo, que passa a visitá-lo regularmente. Esse espaço nasce ligado à organização da salubridade, mas pode ser entendido em um contexto maior condizente com os preceitos culturais, sociais e religiosos das pessoas. Nasce, juntamente com o cemitério, muitos ritos fúnebres que, até então, não eram fortemente utilizados, como a lápide, os objetos sobre ela expostos, os dados, informações, as conjunturas e até o cortejo pode ser mudado. Segundo Maria Aparecida Rocha,

Provavelmente, a partir da regulamentação dos cemitérios, surgiram estratégias de resistências à transferência dos enterramentos, desenvolvidas de modo sutil principalmente pelas irmandades, alegando dificuldades econômicas para fazer esses enterramentos no cemitérios, assim como para demarcar suas respectivas áreas (ROCHA, 2005, pp. 102)

É notória a resistência de parte da população frente à criação dos cemitérios públicos do Brasil, pois acreditava-se que esse fator foi recorrente devido a aproximação religiosa que existia entre o altar (próximo aos santos) e as covas. Ser enterrado nas capelas e igrejas significava muito mais que um enterro, uma vez que esses locais eram tidos como a morada

dos santos, era a crença de que estava cada vez mais próximo aos céus, santos, anjos e a Deus. Esse imaginário, por muito tempo foi perpetuado, fruto de relações religiosas cristãs.

Para Rosendahl (2012), o contexto político-religioso é um fator importante no entendimento da construção do espaço brasileiro, tendo em vista a complexa dinâmica cultural produzida pela Igreja Católica no exercício da gestão do sagrado. E pode-se entender esse fator, pois, segundo Tuan, desde os tempos mais remotos da humanidade, o ser humano organiza o espaço conforme suas necessidades biológicas e suas relações sociais. “O homem pela simples presença, impõe um esquema no espaço. Na maioria das vezes, ele não está consciente disto” (TUAN, 1983, p.42).

A estrutura do corpo foi até mesmo reproduzida na arquitetura moderna, os túmulos suntuosos e os lugares mais altos são destinados às pessoas mais ricas, são elas que comandam o mundo, assim como o cérebro comanda o corpo. Além disso, as pessoas tendem a considerar o lugar que ocupam, sua terra natal, como o centro do mundo, enquanto os espaços que a circundam são percebidos a partir do esquema de estruturação do corpo como áreas subjacentes, em segundo plano (TUAN, 1983).

Por essa análise, percebe-se a valorização que existe no imaginário humano a respeito do enterramento na cidade em que por muito tempo viveu, onde se considera natural. A significação sobre o solo do cemitério foi sendo desenhado na cultura aos poucos, foi se percebendo a importância dos cemitérios para saúde pública, sobretudo. No Seridó, sertão potiguar,

A partir de 1856 se intensificaram os movimentos a favor da higienização nos espaços públicos do Rio Grande do Norte e, especialmente em virtude dos surtos epidêmicos e da proibição do enterramento no interior dos templos católicos, os costumes fúnebres foram, aos poucos, sendo modificados. A morte e o morto começaram a ser motivos de interdição, e uma nova política foi pensada no sentido de afastá-los dos vivos. Notadamente, essas medidas afetaram a relação que a população tinha com os mortos e com a própria morte. A administração pública começou a intervir nas práticas e nos rituais fúnebres, prescrevendo normas disciplinadoras, que foram apresentadas às Câmaras municipais, com projetos estabelecendo a implementação de cemitérios em toda a província do Rio Grande do Norte, e o Seridó não ficou isento dessa realidade. Apesar da resistência a essas mudanças, a população teve de se adequar às novas práticas mortuárias (SANTOS, 2011, p. 183).

Com isso, percebe-se que o sertão, assim como todo o território foi influenciado fortemente através de tempos pelos discursos que produzem modos de viver, ser e descrever os espaços. No presente capítulo descreveu-se parte de um trabalho que busca um diálogo entre esses discursos e práticas de morte. Entender como os cemitérios surgiram com o período da modernidade e como os sertões foram afetados por essas mudanças. De início, foi apresentadas algumas percepções a respeito do sertão, assim como as especificidades que não podem ser descritas, mas vividas.

Juntamente a isso, procurou-se compreender como os lugares de memória são produzidos e suas relações com as paisagens e vivências em espaços. No próximo capítulo, busca-se discutir sobre a ideia de modernidade do século XIX, os discursos dos presidentes da província do Rio Grande do Norte, o surto do cólera e a construção do cemitério público do povoado de Conceição do Azevedo para compreender como foram construídas a cultura material existente nos dias de hoje.

CAPÍTULO II

ALMA LAVADA: MODERNIDADE, DISCURSOS HIGIENISTAS E A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO

O coração, de onde, hoje em dia, arranco funerais de esperanças, quando falo, já foi uma igreja – dói lembrá-lo! cheirando a malva-rosa e cravo branco.

(Othoniel Menezes. Ruína sagrada. 2011)⁸

Um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado.

(David Harvey. Paris: capital da modernidade, 2015)

O capítulo anterior teve o intuito de mostrar o sertão como um cenário de inúmeras possibilidades, de vivências e interpretações das mais diversas, resultantes de experiências cotidianas. A partir de alguns escritos, foram expostas descrições de lugares sertanejos, para perceber sua construção se dando em relação à sociedade e o tempo que está inserido. O presente trabalho não tem o intuito de descrever o espaço sertanejo, mas, além disso, perceber que este pode ser muito mais que escrito, criado. Os sertões podem ser construções de sentimentos, vivências e experiências responsáveis, acima de tudo, pelas percepções.

O sertão pode ser entendido de duas formas enquanto espaço e lugar. O espaço sertanejo pode ser algo dado de forma ampla, livre, onde não há laços de afeto e nem memórias construídas. Já o sertão, enquanto lugar do sertanejo, é a percepção real da experiência, é onde há ligação afetiva, sentimental e construções de memória. O lugar é o apego do humano, onde há reconhecimento de pertencimento (TUAN, 1983).

Para se chegar à conclusão do que é espaço e lugar, utilizamos esses dois conceitos descritos por Yi-Fu Tuan. Em ambos deve haver o tempo como componente responsável por essa percepção. O espaço é a noção de amplidão, onde requer tempo suficiente para conhecer e criar laços. Já no lugar, houve tempo para a experiência. Segundo Tuan, “os espaços são demarcados e defendidos contra os invasores. Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e

⁸ MENEZES, Othoniel. Ruína sagrada. In: Obra reunida. Natal, RN: Una, 2011. p. 656.

procriação” (TUAN, 1983, pp. 4). O sertão é um lugar, pois acredita-se que “‘sentir’ um lugar leva mais tempo: isso se faz de experiências. (...) É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros. (...) Com o tempo nos familiarizamos com o lugar, o que quer dizer que cada vez mais o consideramos conhecido” (TUAN, 2013, p. 224).

O tempo torna-se responsável pela construção da experiência, tendo em vista que este só será percebido através das lembranças que ligam as pessoas aos lugares, o espaço seria algo dado de forma ampla, livre, onde não há laços de afeto e nem memórias construídas. O lugar é o apego do humano, reconhecimento de pertencimento. Tanto o sertão quanto o cemitério, o qual trataremos neste capítulo, são lugares de experiências, necessitam de tempo para que haja uma significação dele com os sujeitos.

Neste capítulo, propõe-se um debate a respeito do tempo da modernidade e suas construções e discursos responsáveis por moldarem o cemitério de duas formas: como espaço e lugar. Pretende-se abordar algumas propostas da modernidade, relacionando-as a seu intuito de construir locais de vivências sociais, tendo em vista sua adaptação à realidade cotidiana.

Isso será feito para perceber como o cemitério público do Povoado Conceição do Azevedo foi uma construção relacionada à modernidade, resultante de projetos médico-higienistas, como uma das partes do projeto urbano brasileiro que vigorava na segunda metade do século XIX. O olhar sobressai diante de temas relacionados à saúde pública e o projeto de nacionalidade, tendo em vista o cuidado, sobretudo, com o corpo, para entender a construção interna e os monumentos cemiteriais hoje presentes.

O CENÁRIO DA MODERNIDADE E SUA IDEIA DE RUPTURA

Achou-se necessária uma breve análise da obra de David Harvey (2015), intitulada *Paris, capital da modernidade*, para discutir a ideia de ruptura e, além disso, mostrar o quanto Paris influenciou as ideias de modernidade em todo o Brasil.

A modernidade tornou-se conhecida como período de avanços tecnológicos. Era o século XIX e a Revolução Industrial, os ideais de desenvolvimento social, a construção de um corpo e um espaço saudáveis para representar uma nacionalidade forte. Era a quebra de tempos e a construção de um novo espaço. Popularizava-se o discurso da mudança de sociedade, de um novo pensamento que altera a visão de mundo e, com isso, alterava-se a

noção de espaço, seu redimensionamento era necessário, assim como os sujeitos, para um melhor convívio e desenvolvimento da sociedade.

O século XIX é conhecido por ser um dos séculos da ruptura, da modernidade, de renovações que possibilitaram desenvolver um novo tempo e (re)construções de espaços. David Harvey, geógrafo e sociólogo inglês, tem seus estudos voltados para uma percepção sobre a geografia humanizada, através de um olhar do capitalismo, buscando apresentar o conceito de modernidade como um mito construído e associado à ideia de ruptura, quebra total, o qual compreende uma nova ordem sob o passado, uma história, sendo entendida como possibilidade de renovação de ideias urbanas. De outra forma, pensava-se escrever sobre o passado um novo tempo-espaço e dividindo-o entre classes. “Assim, a modernidade sempre diz respeito à ‘destruição criativa’, quer do tipo pacífico e democrático, quer do tipo revolucionário, traumático e autoritário” (HARVEY, 2015, pp. 11).

A ideia de modernidade, parte do pressuposto de uma nova era, ao rés do chão, de novos planos e projetos, feitos, exclusivamente, com o intuito de romper com crises que serão postas para a população sem, necessariamente, seu consentimento. A modernidade, desta forma, pode ser apresentada como um mito visto com o intuito de persuadir àqueles que acreditavam na transformação inaugural, abrindo e fechando portas no tempo.

Os feitos e as construções de ideias são desígnios e heranças de outros tempos que se sobrepõem ao novo, e que, de alguma forma, são expostos em novas superfícies. A modernidade, por isso mesmo, pode ser percebida como uma construção das configurações políticas, econômicas e sociais. Uma destruição criativa que assinalam momentos decisivos de novos acontecimentos (HARVEY, 2015).

As propostas de prevenção a doenças e o cuidado com a saúde pública compunham uma parte importante do projeto de nacionalidade inserido no Brasil do século XIX. Os modernistas eram orientados fortemente pelas crenças e determinações “de que a grandeza de uma nação se processava através da busca do ajustamento e da harmonia social, ‘consciência sanitária e cívica’ e do melhoramento genético do seu povo, propuseram soluções para os variados e difíceis problemas da época” (BOARINI, 2003, p. 15).

O período de transformações higienistas formava um corpo urbano composto por espaços públicos diferentes e uma mudança radical nos comportamentos da população. A capital da modernidade, como era conhecida Paris, capital da França, influenciou os discursos

higienistas brasileiros e, conseqüentemente, os planos e projetos urbanistas. Segundo David Harvey, é inegável a rápida transformação que se deu no cenário urbano de Paris, fator que dificultou o acompanhamento da população, dessa forma:

O crescimento rápido e aparentemente caótico de Paris no início do século XIX tornava a vida na cidade difícil de decifrar, decodificar e representar. Vários romancistas do período lutavam para pôr em palavras o que era a cidade. Decodificaram a cidade e a tornaram legível, proporcionando maneiras de captar, representar e moldar processos de mudança urbana que pareciam rudimentares e eram, muitas vezes, disruptivos (HARVEY, 2015, p. 42).

Os ideias de progresso iam de encontro a um pensamento de nacionalidade resistente e de esperança de tempos melhores, como, de costume, acontece à sociedade em crise. Em meio a ruínas e destruições, fome e desemprego, a esperança é posta como uma dama e entre àqueles que têm esperança de dias melhores. Sob essa perspectiva, o século XIX, em Paris, houve projetos que levavam a acreditar no novo, respectivamente atrelado a um corpo social saudável e renovado (HARVEY, 2015).

A harmonia e a ordem eram promessas de um novo tempo, que ruía as desgraças impostas pela crise, resultante do pós-Revolução Francesa (1789-1799). Junto aos ideais de progresso, haviam promessas de igualdade social, rompendo barreiras entre proletariado e burguesia, no entanto, como ressalta David Harvey:

Infelizmente, esse ideal de harmonia de classe moldado a partir da diferença é destruído por múltiplos processos que militam contra ele. Os trabalhadores são ‘empurrados de volta à lama pela sociedade’. Os parisienses foram vítimas das falsas ilusões da época, em especial a de igualdade. (...) A especulação e a busca disparatada por dinheiro e prazer semeiam a destruição da ordem social. Uma aristocracia corrupta falha em sua missão histórica, enquanto a burguesia, foco central do desprezo de Balzac, não tem alternativa civilizada a oferecer (HAREY, 2015, p. 48).

Pode-se observar que os planos de dias melhores e de rupturas, juntamente com as esperanças modernas não coincidiam com a realidade posta. Restava a esperança e uma modernidade renovada que era mais mito que realidade. “Balzac assegurou a composição mítica de seu mundo através de contornos topográficos definidos. Paris é o terreno de sua mitologia” (BENJAMIN apud HARVEY, 2015, p. 41).

A Paris era do ano de 1848 e havia a renovação da economia política, visão urbana (acabar com a infraestrutura medieval). Antes haviam os classicistas, depois vieram os realistas (Belle Epoque). Antes havia indústrias manufatureiras, depois abriram passagem para o maquinário e as indústrias modernas. As ruas eram estreitas e as lojas eram pequenas; abriram passagem para grandes lojas e bulevares (ruas largas). Os planos de urbanização de Paris eram voltados para um nome: Georges-Eugène Haussmann, engenheiro escolhido por Carlos Luís *Napoleão* Bonaparte – Napoleão III. Dar-se-á início às renovações modernas e urbanas de Paris. Haussmann fez além do que era pedido e proibido pelo imperador. “Ele precisava criar um mito de uma ruptura radical em torno dele próprio e do imperador” (HARVEY, 2015, p. 23).

O intuito era fazer renovações jamais pensadas, destruições criativas em uma escala nunca vista. Apesar de não ter havido uma ruptura de tempo-espaço total com Haussmann, deve-se reconhecer que houveram mudanças radicais em seus projetos, que ajudaram a criar, inspiradas pelas novas tecnologias. Com esses projetos do século XIX foi possível pensar a cidade como o todo e não somente suas particularidades.

Era o anúncio de uma nova era, com intuito de derrubar tradições, violentamente, se necessário, para lidar com o presente e criar o futuro. Por mais criativas que sejam as ideias, sempre haverá a ligação com o passado, influenciador de gerações. Sem as influências, sempre postas através do tempo, os criadores são barcos que flutuam sem rumo e não encontram âncoras do nosso entendimento e nos deixa à deriva, imponentes.

Por isso, o objetivo dos artistas deve ser entender o moderno como o transitório, o efêmero, o contingente em relação àquela outra metade da arte que lida com o eterno e o imutável. Há o medo, com relação ao moderno, de não agir rápido, mas, ao mesmo tempo, “essa pressa deixa atrás de si uma grande quantidade de destroço humano. Os ‘milhares de existências flutuantes’ não podem ser ignorados” (HARVEY, 2015, p. 30).

As questões pensadas por David Harvey foram importantes para notar que, Paris enquanto cidade modelo de modernização influenciou o Brasil e as construções urbanas dos espaços. Os discursos higienistas difundidos no Brasil, fortemente atrelados no século XIX, pensavam a partir do que se produzia na Europa. Com esses discursos houve uma mudança no cotidiano da população que iam desde novos hábitos rotineiros até construção de prédios e estabelecimentos (BOARINI, 2003, p. 15).

O CÓLERA E O CUIDADO COM A SAÚDE PÚBLICA COMO CONSTRUTORES DE HÁBITOS E ESPAÇOS

A partir do que foi exposto até então, propõe-se uma reflexão sobre o que resultou desses discursos modernos, construtores de uma sociedade cuja promessa era de ser igualitária e que levasse cuidado, saúde e educação às pessoas. Analisar se o trato com a saúde pública estava em voga tanto quanto suas promessas é um das questões abordadas. Uma dessas promessas era a construção de cemitérios públicos, distantes da cidade para um melhor controle das mortes. Foi utilizada a construção do cemitério público, para a referida pesquisa, com intuito de entender o projeto higienista e seus reflexos até a atualidade. Perceber, também, como a população reagiu à construção do cemitério enquanto espaço de enterramento.

A construção dos cemitérios públicos, distantes das igrejas, fez parte de fatores que levaram a diálogos e questionamentos, sobretudo no âmbito político, médico, espiritual e civil. A transferência do enterramento que, até então, era feito no cemitérios eclesiásticos e passou a ser em cemitérios públicos, causou diferentes comportamentos no conjunto social como o todo, levantando a questionamentos, sobretudo no que diz respeito à religião, refletindo fortemente nas representações culturais da morte (SANTOS, 2011).

Como foi dito no primeiro capítulo, na segunda metade do século XIX, em grande parte o Brasil, houve o que era chamado de “projetos higienistas” e urbanistas. Ao que se pode observar, esses projetos diziam respeito ao cuidado com o corpo, pois eram métodos de lidar com doenças que assolavam uma época relacionada à questões de progresso.

Comparar a sociedade com o corpo humano faz parte de uma forma de projeção do todo. Eram corpos humanos formadores de um corpo social. Entender o espaço construído através daquilo que permeia o mítico e o real foi um dos objetivos de Michel Foucault (2013). Dessa forma, o pesquisador propôs um entendimento a respeito das heterotopias como espaços outros. Para ele, o corpo é o contrário de uma utopia, pois está sempre presente conosco.

Faz-se necessária essa reflexão a respeito do corpo, pois compreende-se que os espaços sociais são moldados de acordo com a percepção corporal dos sujeitos. Entende-se que os discursos higienistas, para a época, surgiram, a princípio, como uma utopia, uma vez que as

modificações advindas com a modernidade, como citadas acima, eram percebidas como rupturas. Dessa forma, a utopia é descrita pelo autor como um

Lugar fora de todos os lugares, mas um lugar onde eu teria um corpo *sem corpo*, um corpo que seria belo, límpido transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, infinito na sua duração, solto, invisível, protegido, sempre transfigurado; pode bem ser que a utopia primeira, a mais inextirpável no coração dos homens, consista precisamente na utopia de um corpo incorporal (FOUCAULT, 2013, pp. 8).

Assim, partia-se da individualidade para um conjunto de tratamentos. Os discursos higienistas surgiram com o intuito de moldar essas questões sociais. Para conter doenças que assolavam a região, deveriam ser feitas modificações no trato à saúde pública. Era uma relação entre indivíduos, uma reorganização social que quebrava com um cotidiano levado em conjunto. Nesse caso, o social passou a influenciar no cultural, nas práticas religiosas e populares a respeito da morte.

O século XIX era uma época de esperança e expectativa depositadas em projetos urbanos, de regeneração nacional, no qual a questão sanitária ocupava lugar privilegiado. Perguntas a respeito da postura dos discursos, práticas e intervenções das instituições médico-sanitarista da região começaram a surgir, com o intuito de erradicar as doenças e epidemias, na segunda metade do século XIX e início do século XX.

As doenças passaram a ser uma preocupação e foram levadas a cabo pelos políticos como questão de interesse público, porque faziam parte do corpo social, por levar em consideração que uma sociedade de progresso era o mesmo que uma sociedade sadia. Isso influenciou em debates e construções de projetos médicos e de higienização (MOTA, 2005).

Obras públicas para reestruturação do Rio Grande do Norte eram pensadas por seus presidentes de província. O dinheiro começou a ser aplicados com esses gastos públicos, resultantes dos planos higienistas. A segunda metade do século XIX era o período de surtos epidêmicos. O cólera assolava o sertão. Ariosvaldo Diniz, em sua tese, apontou o cólera como a representação de uma crise coletiva, descrevendo o surto da seguinte forma:

No início dos anos 1830, uma ameaça irrompe no meio das cidades européias, percorrendo seus caminhos, ruas e becos, invadindo suas casas, tocando seus habitantes, prenunciando a morte como possibilidade imediata para todos. O quadro é apocalíptico: populações dominadas pelo medo, cidades sitiadas pela morte, que se anuncia como doença contagiosa e

assimilada à peste. Contágio, peste, morte despersonalizada e súbita: eis o cólera que se apresenta.

Doença contagiosa de alta letalidade, o “cólera-morbus” foi assim denominado por seu caráter maligno (DINIZ, 1997, pp. 58).

O sertão da província do Rio Grande do Norte fora acometido por surtos epidêmicos, além do cólera, no entanto, essa peste era a mais preocupante, pois seus sintomas levavam à morte em poucos dias. A doença, no corpo humano, se apresentava no aparelho intestinal tendo, como sinais manifestados através de vômitos constantes, diarreia e supressão da urina, causando, em pouco tempo, a desidratação e a morte. Ariosvaldo Diniz mostrou que essa doença aparecia como uma

Infecção aguda no aparelho intestinal causada por um micróbio, o vibrião colérico. Trata-se de uma enfermidade endoepidêmica que só afeta o homem⁹. Os seus sintomas mais pronunciados são graves diarreias e vômitos constantes, levando geralmente à desidratação e à perda de electrólitos. Devido à instantaneidade dos seus sintomas, à sua gravidade, à sua alta mortalidade e, principalmente, à impossibilidade de tratado eficazmente, o cólera se tornou uma das enfermidades mais dramáticas da história da humanidade. Associada à peste no universo mental da época moderna, o cólera talvez tenha sido a doença mais terrível do século XIX (DINIZ, 1997, pp. 58).

O conhecimento a respeito da doença reflete em um entendimento esclarecedor no leitor, enquanto interpretador de acontecimentos. Por se tratar de um tempo distante do nosso, saber quais os sintomas e o que eles causavam na população, em sua maioria desconhecida do assunto, ajuda a associar o acontecimento dos surtos epidêmicos com a elaboração dos planos higienistas e urbanos.

A respeito de como eram tratadas essas doenças, sobretudo o cólera, foi necessária a leitura do *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte*, do ano de 1856. Foi escolhido esse ano para analisar, pois, como relatou Alcineia Santos, citando Rosinéia Silva, este foi o ano em que os surtos de cólera tomaram dimensão na província do Rio Grande do Norte, em decorrência da falta de higiene pública, aliados à

⁹ Nesse caso, entende-se como o ser humano de ambos os sexos, masculino e feminino.

“ignorância”, à falta de recursos e à “ausência de uma medicina preventiva” (SILVA apud SANTOS, 2011).

Acha-se necessário uma observação a respeito da descrição acima: os casos sobre as doenças e má higiene pública eram fatores recorrentes, tanto no Brasil quando em outros países, principalmente da Europa. Dizer que isso acontecia por “ignorância” e “ausência de uma medicina preventiva” é o mesmo que olhar para o passado com os olhos de hoje, pois tratava-se de hábitos que não condiziam com a nossa atualidade.

A saúde pública não era uma questão a ser discutida com frequência, ou seja, a cura de doenças que atingiam a população, principalmente àqueles que se viviam à margem da sociedade, não era uma das principais preocupações do poder político. Como descreveu André Mota, em *Tropeços da Medicina Bandeirante*,

Nessa concepção de ações, leis e instituições, o médico era responsável, a partir da segunda metade do século XIX, pelo cuidado individual e coletivo de uma sociedade consumida pelas doenças e epidemias que avançavam por todos os pontos onde o capitalismo fincava suas fundações. Se as epidemias sempre existiam na história da humanidade, esse foi um momento ímpar para tais fenômenos (...) (MOTA, 2005, pp. 20).

Ao que consta os relatos dos Presidentes de Província, mais precisamente o ano de 1856, esses surtos começaram a preocupar enquanto assunto de interesse público. Providências eram pensadas como questões que levassem a conter as doenças. A preocupação gerava estratégias no setor político, educativo, médico e religioso.

Na descrição feita pelo Dr. Antonio Bernardo de Passos, em Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte pelo presidente, no ano de 1856, na *Relação dos socorros remetidos para diversos pontos da província durante a epidemia de cholera-morbus*, há descrição de doações feitas para o sertão. Através da fala, nota-se que as doações dirigidas eram compostas de alimentos e medicamentos de ordem preventiva, sobretudo.

Para a Villa do Acari, a qual fazia parte a Povoado Conceição do Azevedo¹⁰, foram doadas “8 Barricas de bolacha. 9 Saccos de arroz. 6 Peças de baeta. 5 Carteiras

¹⁰ Sendo desmembrada apenas em 1º de setembro de 1858.

homeopáticas. 5 Vidros de camphora. 4 Carteiras homeopáticas. 4 Folhetos sobre o tratamento do cholera”. (PASSOS, 1856, pp. 5). Como se pode notar, através da presente descrição de parte das doações que eram feitas, dentre os componentes está as “Carteiras homeopáticas”, que diziam respeito ao tratamento homeopático em vigor no século XIX.

Uma vez que os cuidados com a saúde pública começaram a fazer parte da preocupação sobre as doenças vigentes, os tratamentos eram preventivos e não curativos, ou seja, a homeopatia era um recurso utilizado como prática médica de evitar que essas doenças chegassem a um patamar abrangente da população (MOTA, 2005).

Essa fala do Dr. Antonio Bernardo de Passos é uma amostra de que não se tratava, necessariamente, de uma população ignorante – como relatou Alcineia Santos, citando Rosinéia Silva –, mas de informações que não eram recorrentes no cotidiano da população, além da doença que era desconhecida¹¹.

No período do cólera, presente no século XIX, sobretudo, não eram só os tratamentos homeopáticos que faziam parte de um recurso de controle da doença. A reeducação da população também se encontrava em vigor, como foi notado, na descrição de distribuição de folhetos sobre o tratamento do cólera, supracitados. Como grande parte da população era analfabeta, esses folhetos eram em menor número, distribuídos entre os líderes locais (políticos e religiosos), responsáveis por expandirem os conhecimentos sobre as doenças. Esses cuidados eram pensados e desenvolvidos entre a população, fator que ajudava na prevenção e controle das doenças.

O cuidado com a saúde pública mostrou-se um interesse relacionado à construção da nacionalidade brasileira e da imagem dos espaços e sujeitos. Foram analisadas as formas de contágio dessas doenças para que houvesse uma melhor prevenção e controle. As investigações sobre a doença aconteceram na Europa através de análises, feitas por médicos, de parte da população sadia e doente. (DINIZ, 1997)

Como escreveu Ariosvaldo Diniz, um dos precursores desses estudos foi John Snow, através da análise da água que ingeria a população no começo do século XIX. Como não havia certeza a respeito da transmissão da doença, recomendava-se, algumas medidas profiláticas, como “ferver a água, cozinhar os alimentos, tostar o pão, esterilizar os utensílios

¹¹ Nas páginas 45 e 46, do presente trabalho, foi citado parte do trabalho de Alcineia Santos no qual ela mostrou que os surtos epidêmicos aconteceram em decorrência da falta de higiene pública, aliados à “ignorância”, “à falta de recursos” e à “ausência de uma medicina preventiva” (SILVA apud SANTOS, 2011).

de cozinha e de mesa, ferver a água destinada ao banho, manter rigoroso asseio pessoal, cobrir a boca e o nariz em caso de manipulação de cadáveres coléricos, entre outras”. (DINIZ, 1997, pp. 63-64).

Esses cuidados e precauções faziam parte dos discursos médico-higienistas que formavam uma nova prática cotidiana no Brasil no século XIX. Buscou-se discutir sobre a modernidade como ideia de ruptura que não se desprende completamente do passado como uma nova construção pela esperança do novo.

Por essa reflexão, propõe-se entender como os espaços sociais e culturais iam se inscrevendo através do tempo. Por meio de falas buscar-se compreender o quanto a descrição dos lugares estão ligados a uma questão social. Como citado no começo desse capítulo, entender as ideias inseridas por meio da modernidade, que atravessaram fronteiras, faz parte de um conjunto de fatores que remetem ao passado e à construção humana de uma sociedade.

A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO

Voltando ao recorte temporal e espacial, aqui será analisado o Povoado Conceição do Azevedo na segunda metade do século XIX e início do século XX (1858-1926), período que compreende a construção do cemitério público e o Livro de Óbito Nº 2 (1916-1926), da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Em um recorte ainda menor, o cemitério público como representação da preocupação com a população, levando em consideração sua construção (1858), também será analisado como um dos principais reflexos da modernidade e dos discursos médico-higienistas.

Com o advento da modernidade, a preocupação em relação às doenças, associada aos discursos higienistas, o cuidado com o corpo passou a ser uma das causas do século XIX. Em observação, Foucault escreveu que na existência de uma utopia do corpo, também há a utopia do país dos mortos, que é feita para apagar os corpos, que nega a transfiguração do corpo através da sua decomposição.

Antes do surgimento dos cemitérios, os corpos eram ou bem próximo delas, limitando-se ao seu redor. Isso fazia parte do imaginário que, desde o medievo, acreditava-se que quanto mais próximo do altar da capela ou da igreja, mais próximo o morto estava de Deus. Nas igrejas, esses corpos eram enterrados onde as sepulturas se diferenciavam, quando muito, através de uma cruz. Nesse período, a importância que se dava ao destino do falecido não dizia respeito aos familiares, mas sim à Igreja, pois os corpos eram a ela entregados para que

houvesse o cuidado. Como descreveu Philippe Ariès, “o defunto era abandonado à Igreja, que se encarregava dele até ao dia em que ressuscitaria” (ARIÈS, 1989, p. 39).

Esses corpos foram acumulados nos subsolos das igrejas, se tornando um acontecimento inaceitável, principalmente a partir do século XIX, onde as pessoas, mesmo depois de mortas, transmitiam as doenças através dos miasmas. A lotação de corpos em igrejas, ou em seus pátios, foi se tornando algo intolerável, pois, através dos estudos médicos, era notória a transmissão das doenças advindas desses entulhos de cadáveres. Tanto a água quanto o ar eram as principais fontes de disseminação das doenças.

João José Reis, em sua obra *A morte é uma festa* (1991), descreveu uma revolta que ocorreu na Bahia, denominada *Cemiterada*. Tratou-se de uma revolta popular em decorrência da recusa de parte da população quanto à construção do cemitério público. Acha-se necessária essa menção, pois como se pode notar, a seguir, a construção dos cemitérios públicos na província do Rio Grande do Norte, era uma questão de aceitação entre a população civil e os presidentes.

Dessa forma, começou a se discutir sobre a construção de cemitérios na província. Destinar parte do dinheiro público para o levantamento desses cemitérios foi um assunto pensado, como pode-se notar, na fala a seguir:

As rendas da província avultadas não dão azo desenvolver este ramo de serviço público, como era para desejar.

(...) Varias quantias e reparos de pequena importancia, e aos cemiterios da capital, cidade do Assu, cidade de S. José e Villa de Goianinha, cujos habitantes concorreram por meio de uma subscrição com igual quantia, dada por conta dos cofres. Funcionarios públicos de alguns outros logares nas proximidades da invasão do cholera na provincia, me requisitaram quotas para obras d' esta natureza em beneficio da salubridade pública, os cofres da província porêm, não permitindo augmentar mais as despesas de similhante ordem, não pude satisfazer taes requisições (PASSOS, 1856, pp. 16).

Para o cemitério da capital, foi arrecadada uma quantia considerável, no entanto, pode-se notar um “ar” de insatisfação por não ter levantado o valor suficiente para a construção do cemitério, apesar de seu valor não parecer excessivo. Assim,

A quantia de dous contos de réis, votada para o cemiterio da capital, não foi sufficiente: posta em hasta publica o construcção da obra, livre da preparação do terreno, destacamento e aterros a única proposta que

apareceu foi de tres contos e quatrocentos mil reis, que não me parece excessiva, principalmente attendendo-se ao acréscimo de despezas que tem de haver com a conducção de materiaes, em razão da istancia que separa ésta capital do cemiteria, peloque, e à vista da emergência da obra, não duvidei acceita a proposta, resolvido a mandar pagar o excesso pela quota dada pélo Governo Geral para auxilio das obras provinciaes (PASSOS, 1856, pp 16).

Havia uma necessidade de afastamento quanto à localização dos cemitérios. Eles deveriam ficar à margem da cidade para que não fosse recorrente o contato entre a população e os miasmas, que poderiam infectar o ar. Observando a da fala a seguir, nota-se que esse distanciamento gerava maiores gastos, pois

O cemitério acarréia consigo outras despezas, taes como as que devem ser feitas com um administrador, a cujos cuidados esteja entregue o edificio, a escripturação e o desempenho de outras obrigações de importância, principalmente durante a epidemia, em que se encaravam diariamente muitos cadáveres; pélo que foi forçado a crear este emprego, e marquei-lhe o ordenado de quarenta mil réis mensaes, por ser de natureza, cujo exercicio, exigindo na pessoa que o tem de occupar, certas habilitações, He repugnante, principalmente no tempo da epidemia em que todos procuravam apartar-se de focos de infecção (PASSOS, 1856, pp 16).

Tendo em vista o local de enterramento, antes feito em igrejas, posteriormente sendo transferidos para os cemitérios, começa a haver uma mudança nos rituais fúnebres e na região, em seu espaço, como veremos mais adiante. A construção dos cemitérios necessitava ser feita distante dos centros urbanos, pois não poderia haver o contato da população com os miasmas transportados através do ar, como foi citado.

Próximo aos cemitérios, o tecido urbano foi sendo expandido, como pode-se notar atualmente, através da criação de bairros e periferias que se tornaram lugares de sociabilidade. O cemitério designou então, senão um bairro, pelo menos um grupo de casas que desfrutavam de certos privilégios fiscais ou dominiais. Por fim, este asilo torna-se um local de encontro ou de reunião, para se fazer comércio, para se dançar e jogar, ou, muito simplesmente, para o prazer de conviver (ARIÈS, 1989).

Acha-se necessária essa descrição de Philippe Ariès a respeito do cemitério na Europa para mostrar que, a partir do século XX, com a urbanização de Jardim do Seridó, houve a construção de estradas e vias, que facilitaram a migração do setor rural para o urbano, resultando em uma expansão da cidade. Casas foram sendo criadas ao redor do cemitério e,

hoje, pode-se notar que ao seu redor houve construção de moradias, praça, bares e vias de acesso.

Com a criação dos cemitérios públicos, as representações culturais foram sendo modificadas aos poucos. Antes, a morte era domesticada, como relatou Philippe Ariès. Era comum, em boa parte da Europa do século XVIII, esperar a morte em casa. O moribundo se preparava com sua família. Logo que adoecia, a espera da morte era um momento familiar, aconchegante que resultava em divisão de bens e a preparação do espírito (ARIÈS, 1989).

Se no século XVIII havia a preocupação com o espírito, no século XIX era observado o cuidado com o corpo como a materialização do espírito. Da mesma forma, torna-se possível essa associação aos túmulos que, diferentemente dos enterramentos nas igrejas, eram representações monumentais do morto e de sua família.

As pinturas e esculturas dos túmulos, presentes nos espaços em que são enterrados os cadáveres, podem ser observadas como representação de um desejo de prolongamento da imobilidade de uma juventude eterna. Segundo Foucault, “existem agora, em nossos dias, os simples cubos de mármore, corpos geometrizados pela pedra, figuras regulares e brancas sobre o grande quadro negro dos cemitérios. E, nessa cidade de utopia dos mortos, eis que meu corpo torna-se sólido como uma coisa, eterno como um deus”. (FOUCAULT, 2013, pp. 8). Através dessa observação pode-se relacionar os túmulos como símbolo do desejo de imortalizar a alma.

O lugar de enterramento, que a princípio era feito nas capelas das fazendas e vilas, a partir do século XIX, começou a ser discutido como risco para a saúde pública da região. A bênção litúrgica do cemitério público do povoado de Conceição do Azevedo aconteceu em 12 de março de 1858, com o Vigário Visitador Francisco Justino Pereira de Brito, como está escrito da seguinte forma no Livro de Tombo Nº 1, que se encontra na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição:

O cemitério desta Povoação foi construido as esperanças do Pôvo da Freguesia, pelo qual promovi subscrição para este fim e pertence á Fabrica da Matriz, por ter sido a mente dos subscritores. Foi elle bento sobremente (?) por mim aos 12 de Março do presente anno com a assistencia de seis sacerdotes, e de inumero pôvo. Doque para constar faço esta Nota, em que me agsigno. Conceição do Azevêdo – 15 de abril de 1858. O Vigrº Visiº – Francisco Justino Pereira de Brito (1858, s/p).

Dessa forma, nota-se que a presença da população foi um fator importante para a construção do cemitério público do Povoado Conceição do Azevedo. Essa descrição faz pensar a respeito da participação da Igreja, através do Vigário Visitador Francisco Justino Pereira de Brito, que ficou sendo responsável pela administração entre os anos de 1856 a 1871. A influencia do Vigário Francisco Justino sobre a população pode ser observada por interesses políticos também, uma vez que o mesmo “foi deputado estadual no período Imperial de 1860 a 1861 e de 1868 a 1869” (AZEVEDO, 1988, pp. 33).

Diferente de costumes que prevaleciam entre vigários no século XIX, de serem a exceção, pedindo em seus testamentos para serem sepultados nas igrejas, o Vigário Francisco Justino deixou, em seu testamento, a descrição do interesse por ser sepultado no cemitério, descrito da seguinte forma:

Não tenho a mais ligeira intenção de mudar a minha residência desta Freguesia, onde espero morrer, e ser sepultado em uma das Catacumbas proximas a Capella do Cemiterio, com acompanhamento das Irmandades, da Padroeira, do Santissimo, e das Almas das quaes sou, desde muito, Thezoreiro (BRITO, 1871, pp. 29).

Acha-se necessária a observação de que o Vigário Francisco Justino foi o primeiro vigário do Povoado, nascido em 1819 e chegando a óbito no dia 8 de novembro de 1871. Foi um homem consagrado e respeitado pela população, sendo o único vigário do povoado de Conceição do Azevedo de história popularmente conhecida até os dias de hoje. Nos anos de 1860 a 1861 e 1868 a 1869 participou da vida política como deputado estadual (AZEVEDO, 1988).

A SANTA CASA DOS MORTOS: UMA ANÁLISE DO CEMITÉRIO PÚBLICO DE JARDIM DO SERIDÓ

Avancemos no tempo. Não se trata do Povoado Conceição do Azevedo, pois este se tornou município, com a denominação de Jardim, em 1º de setembro de 1858, através da Lei 407, se desmembrando de Acarí-RN; em 27 de agosto de 1874, através da Lei nº 703, foi elevado à condição de cidade com a denominação de Jardim do Seridó para se diferenciar de Jardim de Angicos, como já foi mencionado.

Foi analisado o Livro Paroquial de Óbito Nº 2, que trata das mortes no recorte temporal de 1916 a 1926. O livro foi, inicialmente escrito pelo padre Antonio Vicente, como mostrou José Nilton de Azevedo (1988), que foi vigário no período de 1914 a 1919. Depois vieram os padres Manoel Galvão (1920), Amâncio Ramalho (1921-1924 e, depois só em 1938), Luiz Wanderley (1927 e 1928-1931) e José Ribamar Bissinger (1927 e 1938-1940). Esses foram os padres que eram responsáveis pelos livros de óbito.

Do período de 1858, ano da benção litúrgica do cemitério, até o ano de 1926, houve transformações nas formas de descrever os registros fúnebres os quais não coube na referente pesquisa a análise, pois esses registros aconteciam na paróquia e no cartório do Município. Sendo assim, dentro desse recorte temporal, havia o Livro de Óbito Nº 1, que se encontra sob custódia da Paróquia (1857-1903) e os livros de óbito Nº 1 (1888-1894), Livro de Óbito Nº 2 (1894-?) e o Livro de Óbito Nº 3 (1932), que se encontram no Cartório. Esses livros fazem pensar que, no trato com a descrição de registros, estavam encarregados a Igreja e o Poder Judiciário.

O recorte espacial aqui abordado passará a ser chamado de Jardim do Seridó, pois trata-se de uma questão temporária analisada pelo ofício que a História exige, uma vez que procura-se descrever as fontes utilizando dos nomes que a elas estão atribuídas.

Como fontes, serão utilizadas fotografias do espaço interno do cemitério de Jardim do Seridó. Optou-se por fotografias feitas por Marcos Antonio¹², pois isso torna mais compreensível o sentimento que pode ser atribuído ao imaginário jardinense, mostrando as formas que são possíveis a percepção do cemitério enquanto construtor de sensações.

Para analisar a paisagem cabe ao historiador, segundo Alain Corbin (1989), identificar como olhamos para ela e como nosso olhar está ligado à uma rede de interpretações e concepções de mundo já estabelecidas, podemos entender que o que mudou espaço não foi o tempo, mas o olhar sobre ele, a partir do que era colocado como narrativa à época.

¹² Marcos é funcionário público do INSS de Jardim do Seridó, fotógrafo por amor, sempre optou por caminhar pela cidade e congelar imagens e cenários da referida cidade para compartilhar com os jardinenses, residentes ou não na cidade, através de redes sociais. Não tendo feito curso profissionalizante na área, faz ver que Marcos escolheu suas imagens partindo de uma questão mais sentimental com a cidade. Assim sendo, optou-se por analisar as fotografias de Marcos Antonio como meio que leva o pesquisador a entender parte da produção imagética que é criada sobre o espaço cemiterial enquanto patrimônio histórico/cultural e como lugar de memória.



NASCIMENTO, Marcos Antônio do. **Cemitério Público**, Jardim do Seridó-RN. 2017. Fotografia.

A imagem acima mostra a parte mais antiga do cemitério de Jardim do Seridó. O cemitério é dividido em duas partes, como conhecidos, denominados de cemitério antigo e cemitério novo. O cemitério antigo faz parte o terreno onde foram enterradas as primeiras pessoas; o novo cemitério, na parte mais baixa, faz parte da reforma sendo, primeiramente, durante o mandato do Prefeito Joaquim Alves da Silva (1958-1963) e, posteriormente, sendo estendida a parte mais baixa do cemitério, no mandato da Prefeita Maria José Lira Medeiros. Essas informações estão presentes na entrada do cemitério, onde há uma placa ao lado da nova entrada. A última bênção litúrgica se deu em 02 de novembro de 1990.



NASCIMENTO, Marcos Antônio do. **Cemitério Público**, Jardim do Seridó-RN. 2017. Fotografia.

As flores, os túmulos, as mensagens e as velas levam o visitante a pensar o quanto aquele morto o representa em um espaço de sociabilidade que é o cemitério. O social pode ser visto no cemitério através da cultura material que está presente em todos os túmulos e sepulturas.

Os espaços são construídos através das sensações e percepções do corpo. Os sentimentos e sensações modelam o espaço a sua maneira. Através desses espaços pode-se notar a sensibilidade que há nos lugares de morte. A morte pode ser percebida como um fator passageiro e o morto entendido como um símbolo de representação familiar, como pode-se notar na imagem a seguir:



NASCIMENTO, Marcos Antônio do. **Cemitério Público**, Jardim do Seridó-RN. 2018. Fotografia.



NASCIMENTO, Marcos Antônio do. **Cemitério Público**, Jardim do Seridó-RN. 2018. Fotografia.

Mostrar a presença familiar significa enaltecer o elo amoroso sentido até mesmo além morte. Isso faz pensar o quanto as pessoas, apesar de suas crenças religiosas, não são capazes de aceitar a morte como fenômeno natural da vida. Essa ligação faz parte de uma construção

cultural presente no imaginário. Os túmulos podem ser observados como monumentos, que servem para imortalizar a imagem do morto, a lembrança dele em vida é pertinente, por esse motivo, nota-se esse cuidado.

O cemitério pode ser entendido como lugar de memória, pois nele podem ser vistas as falas confortantes da saudade, da dor, da imagem do morto. Todo o cuidado com a imagem e pode ser percebida como um símbolo de respeito. O lugar de memória é tão confortável quanto sugestivo, pois deixa aberto para se entender a recordação e memória presente nos lugares em possibilidade que estes se tornem sujeitos da história. Entende-se os monumentos cimiteriais como recordações dotadas de memórias que vão além da percepção memorial humana, pois prevalece por muito mais tempo (ASSMANN, 2011).

O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim, surge uma relação estreita entre as pessoas e o lugar cimiterial, determinantes de formas de vida e experiências, tal como impregnam o com sua tradição e histórica (ASSMANN, 2011).

Como essas imagens e o próprio cemitério tornam possível pensar a história de uma maneira prática, crítica de como conceber o espaço e o lugar? Pensar além do que o recorte espacial, pensar de maneira a se questionar a respeito dele, como mostrou Henri Lefebvre, é o mesmo que explorar as compreensões do texto e das tessituras do espaço.

Ao analisar as imagens a seguir, em comparação com as anteriores, pode-se notar uma divisão de classes sociais que estão presentes no interior dos cemitérios, mesmo tendo em vista que este é um lugar de igualdade entre todos os mortos.



NASCIMENTO, Marcos Antônio do. **Cemitério Público**, Jardim do Seridó-RN. 2017. Fotografia.



NASCIMENTO, Marcos Antônio do. **Cemitério Público**, Jardim do Seridó-RN. 2017. Fotografia.

O espaço social se produz e reproduz em forte conexão com as forças que a permeia, envolta de relações de produção. Essas forças, ao longo de seu desenvolvimento não se desenvolvem em um espaço neutro, e, por isso, não há separação entre o espaço (produto) e seus sujeitos (produtores), pois o trabalho social é quem transforma esses espaços em conjunto com a questão espaço-tempo.

O cemitério também pode ser percebido através de sua geometria e topologia, em relação às suas contradições, pois este contraditório é justamente as questões suspensas, não vistas, que estão por trás de sua produção. “O espaço social contém ‘traços’ distintos e distintivos se juntando à forma mental ‘pura’, sem por essa razão/ no entanto [pourautant] separar-se como um conteúdo exterior e acrescentado [surajouté]. Sua análise [Leuranalyse]

diz o que confere ao espaço uma existência concreta (prática) no lugar de deixá-lo na abstração (mental)” (LEFEBVRE, 2006, pp. 398).

Portanto, entende-se que algumas contradições são passíveis de produção através da extensão do capitalismo advindas do fetichismo do mercado gera, sobre o espaço e dão lugar a representações consideradas vulgarizadas que desviam e contornam os problemas, não mostrando as contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referente pesquisa buscou abordar uma questão a respeito das construções e experiências do espaço e do lugar. Perceber como é formada a imagem é entender a história e as simbologias criadas por trás dos indivíduos enquanto formações culturais. A busca sobre essas percepções pode ser vista recorrentemente no trato dos estudos sobre a literatura e a arte.

Uma construção delimitada de sertão e de cemitério são assuntos estudados através da História, que pode abordar parte de um todo e não o geral. Com isso, o que fizemos em nossa pesquisa foi procurar compreender os significados que têm alguns rituais que estão presentes ainda na atualidade, em Jardim do Seridó.

Abordar questões que levam à compreensão de parte das heranças culturais e religiosas herdadas de nossos antepassados, é entender um povo enquanto sujeitos agentes da história que muitas vezes são esquecidos. A percepção do cemitério público enquanto espaço de memória é a acontecimento que faz pensar o quanto as relações sociais se fazem presentes em todos os ambientes.

Ler esses espaços de memória faz parte do entendimento de uma construção história, onde crenças, saberes imaginário, mentalidade, os comportamentos e suas condutas são partes da religião adquirida pelos habitantes locais, por isso, para saber o significado dessa cultura material presente no cemitério público fizemos uma análise a respeito de questões religiosas e políticas, visando o comportamento dos sujeitos sobre a morte e o que poderia vir depois dela.

Os ritos fúnebres estiveram presente no cotidiano dos povos desde o início da colonização, e estes foram convergentes na construção dos ritos culturais responsáveis por fazer ver e agir de muitas pessoas. Para entender o comportamento dos sujeitos perante a morte, tivemos que entender primeiramente o que levou à construção do cemitério público.

Com isso, entendemos que os discursos higienistas e a modernização do século XIX eram grande responsáveis por fatores que mudaram completamente o comportamento dos sujeitos. Refletindo de forma simbólica na vida cotidiana e nas crenças, capacidade da expressão de múltiplas formas de fé religiosa, de modo que suas condutas e crenças constituem parte fundamental da cultura brasileira.

A partir do que foi analisado, pretendeu-se discutir o cemitério como espaço e lugar com a finalidade de entender suas dimensões culturais e relações de produção. Compreender além do que está posto é o mesmo que perceber aquilo que se esconde entre os panos de um espetáculo. Perceber a cultura material, em conjunto com a produção dos acontecimentos sociais, faz com que pense no conjunto, sem a separação tempo-espaço, de forma geral, sobre o viés do não dito, o sentido da produção, do desvio, das forças, (re)apropriações e (re)significações dos espaços. A referente pesquisa é um estudo que encontra-se em análise, no entanto, o que foi exposto pode servir de reflexão sobre aquilo que foi pensado a respeito de sertão e cemitério.

FONTES

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo, SP: Editora Ática, 2009.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Bela Vista, SP: Ponto de Leitura, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE, Presidente (1856; Passos). **Relatório do presidente de província do Rio Grande do Norte Antonio Bernardo de Passos a Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1856**. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1856, pp. 5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/844/000030.html>. Acesso em 03/08/2018.

RIO GRANDE DO NORTE, Vigário (1857-1903: BRITO). Livro de Atas Nº 1.

RIO GRANDE DO NORTE, Vigário (1916-1929: VICENTE). Livro de Óbito Nº 2.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. v. 2. São Paulo: Nova Aguilar, 1994. pp. 28.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Capistrano de. O sertão. In: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011. [Introdução e Cap. V: Locais].
- AZEVEDO, José Nilton de. **Um passo a mais na História de Jardim do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- BOARINI, Maria Lúcia (Org.). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. 4 ed. – São Paulo: Global Editora, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3 ed. –Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Ed. Difusão, 2002
- CORBIN, Alain. **O território do vazio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (Prefácio e Capítulo 1, p. 7-68)
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera**: representações de uma angústia coletiva (a doença e o imaginário social no século XIX no Brasil. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 518 páginas. Campinas-SP, 1997.
- FERREIRA, Jerusa de Carvalho Pires. Um longe perto: os segredos do sertão da terra. **Légua & Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural**, v. 2, p. 25-39, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013 (Capítulo 2, p. 19-32).
- FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

FURET, François. **O quantitativo em história**. In: _____. História: Novos problemas. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. [Introdução e Cap. 3: O Instituto Histórico Brasileiro e a historiografia].

HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015. [Introdução e Capítulo 1].

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2006.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. Natal (RN): EDUFRN Editora, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MUNIZ, Paulo Henrique. **O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais**. Marechal Cândido Rondon, v. 06, n. 12, p. 159-169. 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **POLITÉIA: História e Sociologia, Vitória da Conquista**, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

RAVETTI, Graciella, CURY, Maria Zilda e ÁVILA, Myriam (org.). *Topografias das culturas: representação, espaço e memória*. Belo Horizonte: Ufmg, 2009. (Capítulos 1 a 3 e 12, p. 11-62, 167-178).

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 3. ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. **Transformações nas práticas de enterramento: Cuiabá, 1850-1889**. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

SÁ, Magall Romero. **Vastos sertões: História e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2015

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. Docente da UFG: **Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. [Introdução e capítulo 1. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”. pág. 15-83.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. Capistrano de Abreu e Friedrich Ratzel na história da ocupação dos sertões Brasileiros. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magall Romero. **Vastos sertões: História e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Ed. Eduel, 2013.